cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.11.18 06:12:02 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 18 de novembro de 2026 • Nº 2427 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

SENADO

Alcolumbre adia votação de destaques do ajuste fiscal

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) (foto), adiou para a quarta-feira, a votação dos quatro destaques (sugestões de mudanças) ao PLP de ajuste fiscal. A postergação atendeu a um pedido do relator, Eduardo Braga (MDB-AM), que solicitou mais tempo para negociações. A decisão vem após o governo não conseguir chegar a um acordo com a oposição sobre os destaques - que poderiam desconfigurar o texto defendido pela equipe econômica. Um dos motivos para o adiamento foi o temor de derrota: na semana passada, o texto principal do PLP foi aprovado por apenas quatro votos a mais do que o mínimo necessário, margem considerada apertada. Mais cedo, ao chegar ao Senado, Alcolumbre mencionou a pequena vantagem: "Foi uma votação em que, por quatro votos, foi aprovado o texto principal." Alcolumbre afirmou que os destaques serão o primeiro item da sessão da quarta-feira, marcada para as 16 horas. PÁGINA 2

COMÉRCIO EXTERNO

Brasil simplifica exportação de cosméticos para América Latina

A exportação de cosméticos para a América Latina está mais simples. O governo federal publicou ontem decreto que internaliza no Brasil o acordo da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) que elimina obstáculos técnicos ao comércio desses produtos, sem mexer nas tarifas. A medida busca reduzir a burocracia, diminuir custos e facilitar as exportações brasileiras de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos. Com a publicação, o Brasil se tornou o primeiro signatário a concluir os procedimentos internos para implementação do acordo, firmado em fevereiro de 2026. O documento reúne Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. O México participou das negociações, mas ainda não aderiu. PÁGINA 2

CAE DO SENADO

LULA MARQUES/ABRASIL



Receita descarta punição a erros de boa-fé na reforma tributária

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas (**foto**), afirmou ontem que os riscos e desafios da implementação da reforma tributária já foram identificados e que o governo pretende orientar os contribuintes durante a transição para o novo sistema. Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Barreirinhas reconheceu que as mudanças geram dúvidas entre empresas e profissionais, mas disse que os principais problemas já estão mapeados. Segundo o secretário, o sistema da Receita está em testes desde janeiro e já processou mais de 35 bilhões de documentos fiscais. Apenas nos últimos 30 dias, foram cerca de 5 bilhões. PÁGINA 3

OUTUBRO

Medicamentos para hospitais ficaram 0,11% mais caros

Os preços dos medicamentos adquiridos pelos hospitais registraram em outubro a segunda alta consecutiva. Foram reajustado para cima em 0,11% um mês após terem sido majorados em 0,08%, em setembro. É o que mostra o Índice de Preços de Medicamentos para Hospitais (IPM-H), calculado mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base em dados da plataforma Bionexo 360º, da Bionexo Tasy. As duas altas sucederam as retrações observadas em julho e agosto, de 0,69% e 0,05%, pela ordem. A Fipe chama atenção para o fato de, em outubro, os produtos farmacêuticos acompanhados no varejo pelo IBGE terem recuado 0,07%. A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 0,14%, enquanto o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) subiu 1,47%, com alta de 1,93% no IPA-M, seu componente de preços ao produtor. PÁGINA 5

ALÍVIO PARA GOLPISTAS

Edson Fachin sinaliza que STF pode julgar 'Lei da Dosimetria' neste ano

STF



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin (**foto**), disse ontem que a Corte pode julgar, ainda neste ano, a validade da lei que diminui as penas de condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 (Lei da Dosimetria) e que também pode beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo Fachin, a data do julgamento será definida somente se o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, liberar o processo para julgamento. Durante um evento no Supremo, o presidente foi perguntado pela imprensa se tem a intenção de julgar o caso neste ano e respondeu "sim". PÁGINA 7

PRIMEIRO CONTATO

Indígenas isolados aparecem em aldeia no MA

Um grupo de cerca de 20 indígenas Awá, que vivem em isolamento, apareceu em um posto da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) localizado na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, e fez contato com indígenas guajajara, da aldeia Tawari. A Funai informou que acompanha a situação e instalou um comitê de crise. É a primeira vez na história recente que os indígenas isolados fazem contato. "A prioridade no momento é garantir a proteção da vida, da saúde e da autonomia dos Awá em isolamento, respeitando seu direito de decidir sobre suas formas de relacionamento com outros povos e com a sociedade envolvente", informou a fundação. PÁGINA 7

INDICADORES

IBOVESPA (0,31%) / 169.815,73 / 520,32 / Volume: 27.486.659.162 / Negócios: 4.070.086

Ativo

	Preço	%	Oscil.
MGLU3	7,95	+6,14	+0,46
BBAS3	14,62	–2,21	–0,33
COGN3	1,62	+2,53	+0,04
CSAN3	3,25	+5,18	+0,16
B3SA3	14,65	–1,08	–0,16

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
AZEV3	11,47	+31,09	+2,72
AZEV3F	11,37	+28,91	+2,55
VIVR3	3,10	+28,63	+0,69
VIVR3F	2,99	+19,60	+0,49
LJQQ3	1,14	+17,53	+0,17

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
OSXB3	1,31	–40,45	–0,89
SEQL3F	6,720	–19,71	–1,650
SEQL3	6,700	–18,89	–1,560
INEP3	1,12	–16,42	–0,22
PMAM3F	0,22	–15,38	–0,04

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	50.759,42	-1,64
S&P 500	7.340,53	-1,03
US Tech 100	26.614,4	+0,55
Euronext 100	1.875,97	-1,83
CAC 40	8.216,78	-1,62
FTSE 100	10.689,87	-1,76

Salário mínimo	R$ 1.621,00	**IGP-M**	1,47% (out.)
Ufir-RJ	R$ 4,9604	**IPCA-15**	0,32% (out.)
Taxa Selic		**CDI**	
(05/11)	13,75%	(05/11)	13,65%
TR		**OURO**	
(18/11)	0,1617%	BM&F/grama/RJ	R$ 706,38
Poupança		**EURO Comercial**	
(18/11)	0,6625%	Compra: 6,3644	Venda: 6,3650

EURO turismo	
Compra 6,4430	Venda: 6,6230
DÓLAR Ptax - BC	
Compra: 5,7851	+0,92%
DÓLAR comercial	
Compra: 5,7818	Venda: 5,7824
DÓLAR turismo	
Compra: 5,8211	Venda: 6,0011

MERCADOS

Bolsa encerra o dia com ganho de 0,31%; dólar fecha em alta

JULIANA MACHADO/AE

Após a queda forte registrada no pregão da segunda-feira, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ensaiou uma recuperação mais expressiva, mas perdeu o fôlego no decorrer da tarde e terminou com alta de 0,31%, aos 169.816,64 pontos, depois de tocar a mínima de 169 300,29 pontos. O volume financeiro bastante reduzido, de R$ 18 bilhões.

O Ibovespa (Índice Bovespa) chegou a subir até os 171.749,51 pontos (+1,45%) na máxima desta terça, mas a piora do desempenho da Petrobras e dos bancos ao longo da tarde pesou sobre o índice. O IFNC, índice do setor financeiro, que reúne alguns dos papéis de maior peso na bolsa, caiu 0,65%.

No exterior, o ambiente foi de menor propensão à tomada de risco As bolsas americanas tiveram um desempenho negativo no dia, assim como os demais emergentes - o EEM, maior ETF ligado a esses mercados, cedeu 1%. O Ibovespa se descolou levemente do movimento porque o mercado brasileiro não conta com empresas de inteligência artificial (IA), as principais responsáveis pela pressão na renda variável global.

DOLAR

Após trocas de sinal e oscilações contidas ao longo da tarde, o dólar à vista encerrou a sessão desta terça-feira, cotado a R$ 5,7830 (+0,09%). A moeda americana já acumula ganhos de 6,22% em novembro, após valorização de 5,20% em outubro.

Nas primeiras duas horas de negócios, a taxa de câmbio chegou a romper o teto de R$ 5,80, com máxima de R$ 5,8123, mesmo após ter subido 2,17% na segunda, quando alcançou o maior nível de fechamento desde abril de 2025.

COMÉRCIO EXTERNO

Brasil simplifica exportação de cosméticos para América Latina

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A exportação de cosméticos para a América Latina está mais simples. O governo federal publicou ontem decreto que internaliza no Brasil o acordo da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) que elimina obstáculos técnicos ao comércio desses produtos, sem mexer nas tarifas.

A medida busca reduzir a burocracia, diminuir custos e facilitar as exportações brasileiras de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos.

Com a publicação, o Brasil se tornou o primeiro signatário a concluir os procedimentos internos para implementação do acordo, firmado em fevereiro de 2026. O documento reúne Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. O México participou das negociações, mas ainda não aderiu.

A iniciativa estabelece mecanismos de cooperação e aproximação das regras sanitárias e regulatórias entre os países, beneficiando um mercado regional estimado em mais de US$ 55 bilhões.

SETOR EM EXPANSÃO

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Brasil é o terceiro maior mercado mundial de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, atrás dos Estados Unidos e da China. O setor reúne mais de 3 mil empresas, gera mais de 130 mil empregos diretos na indústria e exporta para aproximadamente 190 mercados.

Em 2025, as exportações brasileiras alcançaram US$ 1,06 bilhão, crescimento de 20,1% em relação a 2024. A balança comercial registrou superávit de US$ 29,6 milhões.

Os países da Aladi responderam por 76,3% das vendas externas, cerca de US$ 791 milhões. Argentina (US$ 222 milhões), México (US$ 115 milhões), Colômbia (US$ 104 milhões), Chile (US$ 100 milhões) e Paraguai (US$ 73 milhões) foram os principais destinos.

MENOS BUROCRACIA

Entre as principais mudanças está a eliminação da exigência do Certificado de Livre Venda, documento frequentemente solicitado para comercializar cosméticos em outros países.

O acordo também prevê a aproximação de normas sobre rotulagem, boas práticas de fabricação e revisão de ingredientes, com base em referências internacionais. A intenção é reduzir adaptações específicas para cada mercado e dar mais previsibilidade às empresas.

Na regularização sanitária, os países buscarão substituir registros e autorizações prévias por procedimentos de notificação, conforme critérios de risco definidos pelas autoridades locais. Quando o registro continuar obrigatório, os processos deverão ser transparentes e ter prazos razoáveis.

A simplificação será acompanhada da manutenção das exigências de segurança e qualidade, incluindo a responsabilidade das empresas e mecanismos para comunicação de efeitos indesejados pelos consumidores.

SEM MUDANÇAS

O acordo não altera tarifas de importação. O objetivo é eliminar obstáculos técnicos e aproximar procedimentos regulatórios, com potencial de beneficiar especialmente micro, pequenas e médias empresas, que enfrentam maiores dificuldades para atender às exigências de diferentes mercados.

A negociação foi coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com participação do setor privado.

O decreto entrou em vigor na data da publicação. A aplicação do acordo começará 60 dias após pelo menos dois países comunicarem à Secretaria-Geral da Aladi a conclusão dos procedimentos internos. Para os demais países signatários, o prazo será contado a partir de cada comunicação.

EMPRESAS

Serasa: demanda das empresas por crédito segue em alta

ANDRÉ MARINHO/AE

A demanda das empresas por crédito começa a dar sinais de arrefecimento, após ter exibido resiliência às restrições provocadas pelo alto nível dos juros. A busca das companhias brasileiras por recursos financeiros cresceu 9,9% no acumulado de 12 meses até setembro, mostra levantamento da Serasa Experian O movimento foi liderado pelos micro e pequenos negócios (MPEs), com alta de 10%, seguidos de grandes empresas (+8,3%) e médias (+5%).

No recorte apenas de setembro, o indicador avançou 0,6% ante igual mês do ano passado. O resultado representa uma forte desaceleração após o avanço de 5,3% em agosto e de 17,6% em julho.

"O crescimento também ficou menos disseminado, concentrado em serviços e agropecuária, enquanto comércio e indústria recuaram", afirma a economista-chefe da Serasa Experian, Camila Abdelmalack. "No entanto, como o indicador apresenta volatilidade e ainda acumula alta de 9,9% em 12 meses, é necessário acompanhar os próximos resultados antes de afirmar uma tendência de desaceleração", pondera.

Entre setores, Serviços liderou a expansão nos 12 meses até setembro, com alta de 15,5%, enquanto Agronegócio subiu 15,1%, Indústria aumentou 6,9% e Comércio teve incremento de 5,6%. No confronto mensal, por outro lado, comércio (-1,4%) e indústria (-3,4%) registraram contração.

"A procura por crédito reflete as necessidades de gestão financeira das empresas, mas encontra um mercado mais restritivo, no qual os credores reduzem a exposição ao risco e reforçam os critérios de concessão diante da inadimplência elevada", ressalta Abdelmalack.

FAZENDA

Durigan prevê impacto inicial da reforma tributária sobre inflação

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, ontem, que a implementação da reforma tributária pode gerar pequeno impacto inicial sobre a inflação. A observação foi em resposta à preocupação manifestada por senadores com uma eventual alta do índice.

Segundo o ministro, esse efeito tende a diminuir gradualmente à medida que as empresas se adaptem às novas regras tributárias e ajustem a formação de preços.

"Pode haver algum pequeno impacto inflacionário, mas estamos passando por um processo em que os empresários vão aprender a precificar seus bens e serviços de acordo com a nova legislação tributária, considerando os créditos a que têm direito e os débitos pelos quais são responsáveis", disse Durigan durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Na avaliação do ministro, "à medida que essa precificação for sendo compreendida e ajustada ao longo dos próximos meses, teremos uma redução desse impacto inflacionário". Ele acrescentou que o Ministério da Fazenda acompanhará o processo de perto.

TRIBUTAÇÃO

Durante a audiência, Durigan defendeu o avanço de uma reforma da tributação corporativa, incluindo a desoneração da folha de pagamentos.

Segundo o ministro, a medida deve ser discutida diante das mudanças no mercado de trabalho e da crescente incorporação de tecnologia pelas empresas.

"É importante desonerar a folha, mas sem causar um prejuízo significativo à Previdência", afirmou.

De acordo com Durigan, a discussão deve ocorrer com "total compromisso de neutralidade fiscal", transferindo para outras bases de incidência tributária parte da carga atualmente cobrada sobre a folha de salários, como o faturamento ou o resultado das empresas.

SENADO

Alcolumbre adia votação de destaques do PLP do ajuste fiscal para hoje

NAOMI MATSUI
E FLÁVIA SAID/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) (**foto**), adiou para a quarta-feira, a votação dos quatro destaques (sugestões de mudanças) ao PLP de ajuste fiscal. A postergação atendeu a um pedido do relator, Eduardo Braga (MDB-AM), que solicitou mais tempo para negociações. A decisão vem após o governo não conseguir chegar a um acordo com a oposição sobre os destaques - que poderiam desconfigurar o texto defendido pela equipe econômica.

Um dos motivos para o adiamento foi o temor de derrota: na semana passada, o texto principal do PLP foi aprovado por apenas quatro votos a mais do que o mínimo necessário, margem considerada apertada.

Mais cedo, ao chegar ao Senado, Alcolumbre mencionou a pequena vantagem: "Foi uma votação em que, por quatro votos, foi aprovado o texto principal."

Alcolumbre afirmou que os destaques serão o primeiro item da sessão da quarta-feira, marcada para as 16 horas.

DESTAQUES

- Compensações tributárias (Republicanos, RQS 783) - Pede a retirada do dispositivo que autoriza o governo a limitar o uso, pelas empresas, de créditos tributários para quitar outros tributos. Segundo o parecer do relator, a medida renderia ao governo de R$ 12,8 bilhões a R$ 18,3 bilhões em 2027;

- Lei Kandir (PL, RQS 776) - Pede a retirada do artigo que reduz de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão por ano, entre 2027 e 2030, o repasse da União aos Estados pela desoneração das exportações. Pelo texto, a diferença seria paga em parcelas até 2037;

LULA MARQUES/ABRASIL



- Compensação previdenciária (PL, RQS 775) - Pede votação em separado do artigo que limita a R$ 3 bilhões por ano, entre 2027 e 2030, o valor que a União paga aos regimes próprios de previdência de Estados e municípios. A Confederação Nacional de Municípios estima perda de cerca de R$ 5 bilhões por ano;

- Emenda 40 (PL, RQS 780) - Proposta de Rogério Marinho (PL-RN) endurece o pacote: torna obrigatório perseguir o centro da meta, reduz de 2% para 0,6% o teto de crescimento real (descontada a inflação) dos gastos quando houver contingenciamento e retira os dispositivos que o senador chama de "calotes" (limite às compensações tributárias, Comprev e Lei Kandir), além do desconto do diesel na meta de 2026.

Senadores também analisarão, ao menos, cinco emendas no 2º turno de votação. Três delas são do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) As outras duas são de Wilder Morais (PL-GO) e de Leany Lemos (PSB-DF).

TRABALHO

Lula assinará decreto de regulamentação da escala 5x2 amanhã

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse nesta terça-feira, que o presidente reeleito da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vai assinar amanhã, o decreto de regulamentação da escala de trabalho 5x2 e fim da 6x1. Marinho afirmou que o presidente pediu ajustes, mas evitou comentar qualquer tipo de detalhe sobre o texto.

A fala foi dada a jornalistas na portaria do Palácio da Alvorada, de onde Lula despacha nesta terça-feira, após voltar de viagem à Turquia, às Filipinas e à Espanha.

Marinho limitou-se a dizer que o decreto "vai consolidar o debate feito com o povo brasileiro" e que Lula fez alguns ajustes.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ Associação Nacional de Jornais

ACESSE NOSSO SITE

Reforma

Tributária: Receita descarta punição a erros de boa-fé

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou ontem que os riscos e desafios da implementação da reforma tributária já foram identificados e que o governo pretende orientar os contribuintes durante a transição para o novo sistema.

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Barreirinhas reconheceu que as mudanças geram dúvidas entre empresas e profissionais, mas disse que os principais problemas já estão mapeados.

Segundo o secretário, o sistema da Receita está em testes desde janeiro e já processou mais de 35 bilhões de documentos fiscais. Apenas nos últimos 30 dias, foram cerca de 5 bilhões. O secretário acrescentou que mais de 70% dos documentos emitidos no ambiente de testes já trazem o destaque dos novos tributos.

Barreirinhas disse que a principal preocupação apresentada por empresários é o risco de erros durante o período de adaptação às novas regras. Segundo ele, a Receita defende que contribuintes que atuem de boa-fé não sejam punidos por falhas cometidas nesse processo, desde que não ocultem informações nem tentem fraudar o sistema.

Ele afirmou que, nos casos em que houver necessidade de ajustes decorrentes de mudanças de entendimento da administração tributária, a orientação será privilegiar a correção dos procedimentos em vez da aplicação de penalidades.

APURAÇÃO ASSISTIDA

Para reduzir os riscos de erro, a Receita aposta na chamada apuração assistida, mecanismo semelhante à declaração pré-preenchida do Imposto de Renda. Pelo modelo, as informações utilizadas na apuração dos tributos serão organizadas previamente pelo fisco, cabendo ao contribuinte conferi-las e fazer eventuais correções.

"Apuração assistida é igualzinho, de certa forma, à declaração pré-preenchida. Nós vamos acabar com um monte de declaração que os contribuintes têm", afirmou.

Ele lembrou que o sistema já está sendo testado por 500 empresas e deverá ser disponibilizado para todas as empresas brasileiras nos próximos dias. Também está em desenvolvimento um módulo simplificado para correção de informações.

"É esse módulo simplificado que nós estamos construindo e vamos soltar o piloto agora em dezembro", disse.

O secretário informou ainda que a Receita identificou os grupos com maior risco de enfrentar dificuldades na transição.

"Nós mapeamos quais são os contribuintes que podem ter alguma dificuldade. A gente sabe que tem 1,1 milhão de pequenos e microempresários que podem ter alguma dificuldade", afirmou.

Segundo ele, a exigência do novo modelo de documento fiscal para parte desses contribuintes foi adiada para março do próximo ano, permitindo mais tempo para adaptação, treinamento e orientação.

ENTENDA

A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal criado pela reforma tributária, substituirá o PIS/Pasep e a Cofins a partir de 2027. Ao lado do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, formará o novo modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual do país.

A CBS incidirá sobre o consumo de bens e serviços e seguirá o princípio da não cumulatividade. Na prática, as empresas poderão descontar créditos relativos aos tributos pagos nas etapas anteriores da cadeia produtiva, reduzindo a chamada tributação em cascata.

Paralelamente à definição da alíquota, o governo vem defendendo medidas para facilitar a transição ao novo sistema. Uma proposta anunciada pelo Ministério da Fazenda prevê mecanismos que ampliam o aproveitamento de créditos tributários, inclusive sobre máquinas, equipamentos e outros investimentos das empresas. Segundo a equipe econômica, as medidas buscam reduzir custos de adaptação, dar mais previsibilidade aos contribuintes e suavizar a passagem do sistema atual para o IVA dual.

Pela legislação da reforma, coube inicialmente à Receita Federal elaborar os cálculos da alíquota necessária para preservar a arrecadação dos tributos federais que serão substituídos. Em seguida, o Tribunal de Contas da União (TCU) analisou a metodologia e calculou a chamada alíquota de referência da CBS. Em outubro, o tribunal aprovou o percentual de 11,3468%, arredondado para 11,3%.

BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS

O índice supera a estimativa anterior de 9,21% apresentada pela equipe econômica e utilizada nos estudos e projeções sobre a reforma tributária. Segundo o Ministério da Fazenda, a diferença decorre principalmente da incorporação mais precisa dos benefícios e tratamentos diferenciados previstos na legislação.

Os 11,3% representam uma alíquota de referência, utilizada como parâmetro para a definição do imposto. O percentual efetivamente cobrado pode variar conforme o tipo de operação e os benefícios previstos na legislação, como:

- reduções de alíquotas para determinados setores;
- isenções e hipóteses de alíquota zero;
- regimes específicos de tributação;
- aproveitamento de créditos tributários nas operações anteriores.

Por isso, a alíquota de referência não significa, necessariamente, um aumento equivalente nos preços de bens e serviços.

POSSÍVEL REVISÃO

A divulgação do percentual reacendeu o debate sobre a carga tributária do novo IVA dual. Em discussões recentes sobre a regulamentação da reforma, deputados admitiram rever benefícios tributários caso a soma das alíquotas da CBS e do IBS ultrapasse os 26,5% que serviram de referência durante a tramitação da proposta.

Com a conclusão da etapa técnica no TCU, caberá agora ao Senado deliberar sobre a alíquota da CBS. É nesse contexto que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vem discutindo os critérios utilizados no cálculo e os impactos do percentual sugerido pelo tribunal.

A legislação prevê que o Senado fixe a alíquota por meio de resolução. Assim, embora o cálculo de referência de 11,3% já tenha sido aprovado pelo TCU, a definição final ainda dependerá da deliberação dos parlamentares.

Fim da urgência

Governo retira urgência de projeto de bets para votar ajuste fiscal

LEVY TELES/AE

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, anunciou ontem, que retirou a urgência do projeto de lei que criminaliza a exploração de bets para permitir que a Câmara possa votar as propostas do ajuste fiscal e da regulação da concorrência de big techs com celeridade.

Segundo Guimarães, a decisão foi feita em acordo com a Casa Legislativa. Logo após a aprovação do ajuste, afirmou o ministro, a urgência será reapresentada.

"A retirada da urgência não altera a proibição das bets. Após a aprovação dos projetos, o governo reapresentará a urgência do PL que criminaliza a exploração de bets para que seja votado ainda este ano", afirmou o ministro.

Pautas com urgência solicitada pelo presidente da República que não sejam votadas até determinado prazo causam o "trancamento da pauta". Quando a pauta está trancada no plenário da Câmara, nenhum outro texto pode ser votado até que os projetos que estão bloqueando a pauta sejam votados.

A proposta do governo sobre bets impõe pena de dois a quatro anos de prisão para quem fizer propaganda de bets e quatro a seis anos de prisão para quem explorar bets no Brasil. Quem usar dados pessoais para captar apostadores também pode ser preso de dois a quatro anos, ainda segundo o texto.

Esse projeto foi apresentado no final de setembro deste ano e fez parte do pacote do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que também editou Medida Provisória que proibiu as bets no Brasil pouco antes da votação do primeiro turno das eleições presidenciais.

O Senado vota destaques ao projeto do ajuste fiscal ainda nesta terça. Após isso, a proposta deve ser encaminhada para votação na Câmara. Já o projeto sobre a regulação de mercados das big techs está previsto para votação na pauta do plenário da Câmara nesta semana.

Newcastle

SC libera trânsito de aves e alojamentos de granjas após doença

LEANDRO SILVEIRA/AE

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) autorizaram a retomada da rotina de trânsito de aves e alojamento de animais nas granjas de todo o Estado, após o encerramento dos cinco focos de Doença de Newcastle registrados no oeste catarinense, informou a Cidasc em nota. A decisão suspende as restrições operacionais relacionadas à área de emergência sanitária e permite a normalização das atividades, inclusive nas localidades anteriormente delimitadas para intervenção.

Segundo a Cidasc, a atualização das medidas considera os resultados das investigações epidemiológicas e concentra as ações de vigilância intensiva nas regiões onde foram identificadas as ocorrências.

Os cinco focos - dois em Nova Itaberaba, dois em Nova Erechim e um em Coronel Freitas - foram encerrados. Em nenhum dos casos foram encontradas aves com sintomas da doença.

A retomada dos alojamentos nas granjas localizadas na área de emergência sanitária já saneada está autorizada, respeitando os períodos de vazio sanitário habitualmente adotados pelo setor agroindustrial. Permanecem, contudo, restrições comerciais às exportações, conforme as exigências específicas de cada país importador. Essas limitações não representam impedimento geral ao trânsito de aves nem aos alojamentos destinados à produção para o mercado interno.

Crédito

Emissão de dívida por gigantes para financiar IA pode elevar volatilidade

VITÓRYA NAVEGANTES/AE

A crescente captação de recursos por grandes empresas de tecnologia para financiar investimentos em inteligência artificial (IA) pode aumentar a volatilidade do mercado de crédito corporativo e encarecer o financiamento para companhias de outros setores, segundo relatório da Fitch Ratings divulgado ontem. A agência avalia que a concentração das emissões em segmentos como tecnologia, telecomunicações e varejo reduz a diversificação do mercado e amplia sua vulnerabilidade a mudanças na percepção dos investidores sobre a rentabilidade da IA.

Nos Estados Unidos, a emissão de títulos corporativos não financeiros com grau de investimento somou US$ 940 bilhões até o fim de outubro de 2026, alta de 33% ante igual período do ano passado. O avanço foi impulsionado, em grande parte, pelas operações ligadas à inteligência artificial, movimento que deve persistir no curto prazo.

A agência alerta que uma eventual deterioração das perspectivas para o setor, acompanhada de enfraquecimento dos indicadores de crédito ou das avaliações de mercado das gigantes de tecnologia, pode ampliar os spreads dos títulos corporativos. Com isso, investidores passariam a exigir retornos maiores para emprestar recursos às empresas, pressionando os custos de captação.

O encarecimento do crédito poderia atingir companhias de outros segmentos, em especial saúde, tecnologia e serviços públicos, que concentram volumes relevantes de dívidas com vencimento próximo e precisarão refinanciar seus compromissos. A permanência dos rendimentos dos títulos do tesouro americano em patamares elevados contribuiria para esse cenário.

Apesar das incertezas, a Fitch não prevê uma retração expressiva dos investimentos em data centers nos Estados Unidos em 2027. A projeção é de que os aportes de capital de um grupo global de empresas não financeiras classificadas pela agência, incluindo grandes companhias de tecnologia, alcancem cerca de US$ 3 trilhões no próximo ano.

No entanto, a avaliação é de que questionamentos sobre o retorno financeiro dos projetos de IA e a capacidade dos principais laboratórios de sustentar seus preços podem tornar as captações mais irregulares, à medida que a confiança dos investidores oscile.

EUA

Senado aprova MP do Brasil Soberano 3, para empresas afetadas por tarifaço

NAOMI MATSUI/AE

O Senado aprovou ontem, o projeto resultante da Medida Provisória (MP) 1.379/2026, para criar linhas de crédito no total de R$ 22,6 bilhões, com juros subsidiados, para empresas afetadas pela sobretaxação dos Estados Unidos a produtos brasileiros. O texto segue para sanção A MP tem validade até hoje.

O texto permite a combinação dos recursos da União com recursos próprios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Pelo previsto, R$ 13,5 bilhões vêm do Tesouro Nacional e R$ 9,1 bilhões, do BNDES.

A proposta reforça o Plano Brasil Soberano, criado para apoiar empresas afetadas por barreiras comerciais internacionais, tarifas e instabilidades geopolíticas. A ampliação dos recursos deve beneficiar exportadores de produtos industriais, agropecuários, florestais, pesqueiros, aquícolas e minerais, além de seus fornecedores.

Inicialmente, o BNDES previa dispor de R$ 5 bilhões. Em setembro, no entanto, o banco ampliou sua participação no Plano Brasil Soberano 3 para R$ 9,1 bilhões. Com os recursos adicionais, o orçamento final do plano de apoio passou dos R$ 18,5 bilhões estimados inicialmente para R$ 22,6 bilhões.

Do total de recursos, R$ 8,8 bilhões serão destinados a exportadores e fornecedores afetados pela aplicação de tarifas comerciais pelos Estados Unidos. Outros R$ 6,8 bilhões serão destinados aos beneficiários exportadores e seus fornecedores que exportam para países do Golfo Pérsico, região afetada pelo conflito no Oriente Médio.

Os R$ 7 bilhões restantes serão distribuídos da seguinte forma: R$ 1 bilhão para empresas atuantes em setores industriais relevantes ao comércio exterior brasileiro; R$ 4 bilhões para empresas atuantes em atividades relacionadas à fabricação de adubos e fertilizantes ou de intermediários para fertilizantes; R$ 2 bilhões para empresas atuantes em atividades industriais e tecnológicas na cadeia de minerais críticos e estratégicos.

OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.
CNPJ/MF: 01.761.273/0001-11
CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam os senhores Sócios da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. ("Sociedade") convocados para reunirem-se em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 30 de novembro de 2026, às 10:00h, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), Centro, para deliberar sobre as alterações (i) da natureza societária, de Limitada Simples para Limitada Empresária, com transferência do registro da Sociedade do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Cidade do Rio de Janeiro para a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro; (ii) da denominação social para OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS PARTICIPAÇÕES LTDA.; (iii) do endereço da sede da Sociedade para Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20020-010; (iv) do objeto social da Sociedade para atuação na participação, sob qualquer forma, em outras sociedades com sede no país ou no exterior, quaisquer que sejam os seus objetos sociais; e (v) do valor nominal da quota para R$ 0,01 (um centavo de real), permanecendo inalterado o valor do capital social da Sociedade.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2026.
MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM
Administradora da Sociedade

PROURB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ/MF nº 00.324.391/0001-08 | NIRE 33.2.0534438-8
Edital de Convocação para Reunião de Sócios

São convocados os sócios da PROURB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ("Sociedade") para Reunião de Sócios a ser realizada no dia 27 de novembro de 2026, às 10:30 horas, em primeira convocação, com a presença de sócios representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Jardim Botânico, nº 657, Sala de Reunião nº 2, CEP 22470-050, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) exame, discussão e deliberação sobre as contas da administração, o balanço patrimonial e os resultados econômicos da Sociedade referentes ao exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberação sobre a dissolução da Sociedade e sua entrada em liquidação; e (iii) caso aprovada a dissolução, nomeação de liquidante, definição de seus poderes e atribuições e adoção das demais providências necessárias ao processo de liquidação. Aviso aos Sócios: (i) os documentos relativos às contas da administração da Sociedade, incluindo os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados referentes aos exercícios sociais objeto do item (i) da Ordem do Dia estarão à disposição dos sócios, mediante solicitação enviada ao endereço eletrônico prourb.ep@gmail.com; e (ii) solicita-se a todos os sócios que confirmem ou, se necessário, atualizem seus dados cadastrais e de contato, perante a Sociedade, incluindo endereço físico, endereço eletrônico e telefone até a data da Reunião, enviando para o mesmo endereço eletrônico, para fins de atualização dos registros societários e para assegurar o recebimento das comunicações da Sociedade.

Rio de Janeiro - RJ, 18 de novembro de 2026
Renata Salvador de Melo – Sócia Administradora

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 31º 20º 85% 05:15 18:31

SECRETARIAS

Tarcísio decide manter Roberto Carneiro como substituto de Kassab

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO E GEOVANI BUCCI/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), confirmou ontem, a manutenção de Roberto Carneiro (Republicamos) como secretário de Governo e Relações Institucionais em seu segundo mandato.

Presidente do Republicanos paulista, Carneiro chegou ao governo no início do ano. Assumiu a Casa Civil, mas logo foi transferido para a pasta responsável pela articulação política, onde substituiu Gilberto Kassab (PSD). Em julho, Carneiro deixou o cargo temporariamente para coordenar a campanha vitoriosa de Tarcísio à reeleição.

O governador também oficializou ontem a permanência do coronel da Polícia Militar Rinaldo de Araújo Monteiro como secretário-chefe da Casa Militar e coordenador da Defesa Civil do Estado.

Também foram confirmadas as manutenções da procuradora-geral do Estado, Inês Coimbra, e da secretária de Comunicação, Lais Vita. Nas últimas semanas, Tarcísio já havia anunciado a permanência dos atuais secretários da Casa Civil, da Agricultura e da Cultura.

ENERGIA

Aneel forma maioria para encerrar contrato da Enel

JOÃO CAIRES/AE

Mesmo com um novo adiamento da decisão, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já tem maioria entre os diretores que votaram a favor da recomendação de caducidade do contrato da Enel Distribuição São Paulo (Enel SP), por falhas na prestação de serviços na capital paulista.

Ontem, o diretor revisor, Gentil Nogueira, retomou a análise do processo, que estava sob seu pedido de vista desde outubro, acompanhou o voto da relatora, Agnes Cost (**foto**), e propôs a criação de um grupo de trabalho com o Ministério de Minas e Energia (MME) para discutir os efeitos de uma eventual caducidade e suas possíveis alternativas.

Além de Agnes e Gentil, a diretora interina Ludimila Lima e o diretor Willamy Frota também votaram a favor da recomendação de caducidade ao Ministério de Minas e Energia, que baterá o martelo sobre a questão. O novo adiamento foi solicitado pelo diretor-geral da agência, Sandoval Feitosa, e impede, por enquanto, a conclusão da deliberação pelo colegiado.

Durante a leitura de seu voto, Gentil afirmou que os relatórios emitidos por distintas instituições confirmam um "histórico de descumprimentos reiterados" da concessionária na cidade de São Paulo e mostram que o caso "extrapola" a Aneel, por isso, a necessidade de um novo grupo de trabalho misto sobre a caducidade, caso ela seja aprovada na regulador.

"Minha sugestão com relação a esse grupo de trabalho é basicamente que essa questão da Enel acabou se extrapolando aqui nos limites da agência e hoje ela tem uma dimensão institucional Tem relatório da CGU, relatório da AGU, relatório TCU. Então, assim, a gente tem que operar de forma coordenada", defendeu em seu voto, acatado pela relatora.

O diretor contestou os argumentos apresentados pela Enel SP de que a companhia teria respondido adequadamente a episódios de eventos climáticos adversos. Segundo ele, os resultados favoráveis apontados pela distribuidora se referem a ocorrências de menor magnitude do que as consideradas no processo.

"Os resultados favoráveis apontados pela concessionária referem-se a eventos de menor magnitude que atingiram no máximo 17% da base de clientes. No único evento extremo do período de 10 de dezembro, que atingiu 52% dos clientes, a recomposição em até 24 horas foi de apenas 80,2%", afirmou.

Antes de pedir novo adiamento do processo, Sandoval Feitosa afirmou que o escrutínio público sobre a atuação da Aneel no caso demonstrou a eficiência do trabalho de supervisão da agência no setor elétrico. "A Aneel foi escrutinada por toda a sociedade, por todos os poderes constituídos do País, é um motivo que nós temos. Nenhum relatório apontou falha de supervisão da Aneel na atuação da Enel SP."

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 70ª (SEPTUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

A **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, na qualidade de emissora dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da sua 70ª (septuagésima) emissão, vem, por meio do presente, rerratificar o edital de convocação da Assembleia Especial de Investidores dos titulares dos referidos certificados, publicado em 30 de outubro de 2026 ("Edital Original"), para: (i) alterar o item (ii) da Ordem do Dia, de forma a (a) prever expressamente a autorização para a celebração e a outorga de quaisquer instrumentos públicos ou particulares necessários à formalização da transferência dos Direitos Reais de Superfície e da cessão da posição contratual nos Contratos BTS ao FII, bem como à correspondente adequação dos Documentos da Operação; (b) ressalvar a Alienação Fiduciária de Quotas da manutenção das Garantias; e (c) prever a sucessão da Cedente pelo FII nas Garantias remanescentes e nos demais Documentos da Operação aplicáveis, sem solução de continuidade das Garantias, sem novação das Obrigações Garantidas e sem alteração do grau de prioridade das Garantias; (ii) incluir na Ordem do Dia, como novo item (iv), a deliberação sobre a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, condicionada à efetivação da cessão, transferência e substituição previstas no item (ii); (iii) alterar o item (v) da Ordem do Dia (anterior item (iv)), de forma a incluir, entre as matérias a serem refletidas nos aditamentos aos Documentos da Operação, a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, ressalvando-a da manutenção das demais Garantias; (iv) alterar o item (vii) da Ordem do Dia (anterior item (vi)), de forma a incluir expressamente os aditamentos ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e ao Contrato de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície; (v) renumerar os itens subsequentes da Ordem do Dia e ajustar as respectivas remissões; e (vi) alterar a data e o horário de realização da Assembleia, que passará a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2026, às 16:00 horas.** Em razão do exposto, o Edital Original passa a vigorar com a seguinte redação: Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 70ª (septuagésima) emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, 4º andar, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 70ª (septuagésima) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda.*", celebrado em 30 de novembro de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), e nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("Assembleia"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2026, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação do Titular dos CRI, conforme previsto neste Edital. Para fins de contextualização das matérias constantes da Ordem do Dia, informa-se aos Titulares dos CRI que foi acordada a prorrogação da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043, cuja formalização ocorrerá por meio dos respectivos aditamentos. A referida prorrogação dos Contratos BTS não constitui matéria submetida à deliberação desta Assembleia, observado o disposto na Cláusula 1.3 do Contrato de Cessão, sendo submetidas à aprovação dos Titulares dos CRI as alterações dos CRI e dos Documentos da Operação decorrentes da referida prorrogação, bem como a prévia autorização para a eventual transferência futura dos Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro e a cessão da posição contratual da Cedente nos respectivos Contratos BTS ao FII (conforme definido abaixo) e para os correspondentes ajustes nos Documentos da Operação e a alteração da Conta de Livre Movimentação, conforme descritas abaixo. A Assembleia será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar ou não a alteração das características dos CRI 2ª Série – Subordinado, em decorrência da extensão da vigência dos Contratos BTS mencionada acima, para: a. alterar a Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, atualmente prevista para 31 de dezembro de 2041, que passará a ser 28 de dezembro de 2043; b. alterar, em consequência, o item (x) "Prazo e Data de Vencimento dos CRI" da Cláusula 3.1 do Termo de Securitização e as demais disposições do Termo de Securitização que contenham referências à Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, exclusivamente na medida necessária para refletir a nova data de vencimento; c. substituir integralmente o Item II – "Fluxo de Amortização dos CRI 2ª Série – Subordinado" do "Anexo II – Fluxo de Amortização e Remuneração dos CRI" do Termo de Securitização pelo novo cronograma constante do Anexo I ao material de apoio ao presente Edital, que será disponibilizado aos Titulares dos CRI na mesma data de publicação deste Edital de Convocação ("Material de Apoio"), sendo que referido cronograma passará a integrar o Termo de Securitização e contemplará como Data de Pagamento final dos CRI 2ª Série – Subordinado o dia 28 de dezembro de 2043; sendo certo que não haverá alteração da Data de Vencimento CRI 1ª Série - Sênior ou do cronograma de amortização e remuneração dos CRI 1ª Série – Sênior em decorrência das matérias objeto deste item; (ii) aprovar ou não a prévia autorização para que, a qualquer tempo durante a vigência dos CRI, a Cedente possa: (a) transferir ao **BRASOL RENDA IMOBILIÁRIA SOLAR I FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.316.418/0001-92, representado por sua instituição administradora e proprietária fiduciária dos ativos que compõem seu patrimônio, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, e gerido por **BRASOL RENEWABLES INVESTMENT COMPANY – BRIC INVESTIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.911.141/0001-05 ("FII") os Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro, conforme definidos na Alienação Fiduciária de Direito de Superfície e (b) ceder e transferir ao FII sua posição contratual nos respectivos Contratos BTS vinculados aos Imóveis Lastro, ficando desde já autorizadas, quando da efetivação de referida cessão e transferência, a substituição da Cedente pelo FII nos Documentos da Operação aplicáveis e a celebração e a outorga de quaisquer instrumentos públicos ou particulares, incluindo escrituras públicas, contratos, termos de cessão e transferência e respectivos aditamentos, necessários à formalização das operações previstas nas alíneas a e b deste item (ii) e à correspondente adequação dos Documentos da Operação sem necessidade de nova deliberação dos Titulares dos CRI para esse fim, sendo certo que a efetivação das matérias previstas neste item (ii) ficará condicionada à conclusão de diligência legal do FII, a ser conduzida pelo assessor legal referido no item (vi) abaixo, desde que a diligência legal do FII não identifique qualquer fato, ato, omissão ou restrição jurídica que (a) impeça a implementação da cessão, transferência e substituição previstas neste item; ou (b) impeça o FII de assumir a posição contratual da Cedente nos Documentos da Operação aplicáveis. Uma vez satisfeita referida condição, fica, ainda, desde já autorizada a Emissora a conceder todas e quaisquer anuências necessárias ou convenientes à implementação das matérias previstas neste item (ii), inclusive em quaisquer atos, instrumentos, registros, averbações ou requerimentos perante cartórios, serventias extrajudiciais, órgãos reguladores e demais autoridades competentes, conforme aplicável, observado que, ressalvada a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) abaixo, as demais Garantias (conforme definidas no Termo de Securitização) deverão permanecer válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Termo de Securitização). Quando da efetivação da transferência prevista neste item, o FII sucederá a Cedente na posição contratual por ela ocupada nas Garantias remanescentes e nos demais Documentos da Operação aplicáveis, no que se refere aos bens, direitos e relações contratuais transferidos ao FII. Tal substituição deverá ser formalizada sem solução de continuidade das Garantias, sem novação das Obrigações Garantidas e sem alteração do grau de prioridade das Garantias, permanecendo os respectivos bens e direitos onerados em favor da Emissora, mediante a celebração dos instrumentos e aditamentos e a realização dos registros e averbações necessários; (iii) aprovar ou não a alteração da Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Termo de Securitização), atualmente mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), agência 2372, conta corrente nº 38260-4, para a conta corrente nº 97166-4, agência 2419, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. (341), de titularidade da Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda., bem como a correspondente alteração da definição de "Conta de Livre Movimentação" e das demais referências correlatas constantes do Termo de Securitização e dos demais Documentos da Operação aplicáveis; (iv) aprovar ou não, condicionada à efetivação da cessão, transferência e substituição previstas no item (ii) acima, a liberação, pela Emissora, da Alienação Fiduciária de Quotas constituída sobre a totalidade das quotas da Cedente em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da efetivação da cessão, transferência e substituição referidas acima, sem que a liberação ora aprovada caracterize Evento de Execução das Garantias nos termos dos Documentos da Operação; (v) aprovar ou não a celebração dos aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para refletir, conforme aplicável, substancialmente nos termos das minutas constantes do Anexo I à Ata de Assembleia (a) a extensão da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043; (b) a nova Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado; (c) o novo fluxo de amortização e remuneração dos CRI 2ª Série – Subordinado aprovado nos termos do item (i) acima; (d) a alteração da Conta de Livre Movimentação nos termos do item (iii) acima; (e) a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) acima; e (f) a correspondente adequação das definições, características e referências às Obrigações Garantidas, aos Direitos Creditórios Imobiliários, aos Contratos BTS, às Datas de Vencimento e à Conta de Livre Movimentação, conforme aplicável, ficando consignado que os Direitos Creditórios Imobiliários permanecerão de titularidade da Emissora e vinculados ao Patrimônio Separado e que, ressalvada a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) acima, as demais Garantias permanecerão válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos dos respectivos Documentos da Operação; (vi) aprovar ou não, caso se pretenda efetivar a cessão, transferência e substituição previstas no item (ii) acima, a contratação do PMK Advogados, como assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, para condução da diligência legal do FII referida no item (ii) acima e prestação dos demais serviços necessários à implementação da estrutura aqui prevista, e nos termos da proposta que constará no Anexo à Ata de Assembleia; e (vii) autorizar ou não a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aplicável, a praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações que venham a ser aprovadas na Assembleia, incluindo a negociação e celebração dos respectivos aditamentos ao Termo de Securitização, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície, conforme aplicável, e aos demais Documentos da Operação aplicáveis, a concessão das anuências aprovadas nos termos do item (ii) acima, conforme aplicável, bem como a realização dos registros, averbações, comunicações e demais providências necessárias ou convenientes para refletir as alterações aprovadas. Para fins de esclarecimento, em observância ao disposto na Cláusula 14.14.1 do Termo de Securitização, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado somente possuem direito de voto em matérias que tratem diretamente de questões relacionadas à execução de Garantias. Dessa forma, considerando que as matérias constantes da Ordem do Dia acima não tratam diretamente da execução de Garantias, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado poderão participar da Assembleia, porém não exercerão direito de voto nas deliberações objeto deste Edital, devendo os respectivos quóruns de deliberação ser apurados considerando os Titulares dos CRI com direito de voto nos termos do Termo de Securitização. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI BRASOL – 70ª Emissão"; observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. Ficam ratificadas todas as demais disposições do Edital Original que não tenham sido expressamente alteradas por meio do presente edital de rerratificação.

São Paulo, 16 de novembro de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 50ª (QUINQUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

A **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, na qualidade de emissora dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da sua 50ª (quinquagésima) emissão, vem, por meio do presente, rerratificar o edital de convocação da Assembleia Especial de Investidores dos titulares dos referidos certificados, publicado em 30 de outubro de 2026 ("Edital Original"), para: (i) alterar o item (ii) da Ordem do Dia, de forma a (a) prever expressamente a autorização para a celebração e a outorga de quaisquer instrumentos públicos ou particulares necessários à formalização da transferência dos Direitos Reais de Superfície e da cessão da posição contratual nos Contratos BTS ao FII, bem como à correspondente adequação dos Documentos da Operação; (b) ressalvar a Alienação Fiduciária de Quotas da manutenção das Garantias; e (c) prever a sucessão da Cedente pelo FII nas Garantias remanescentes e nos demais Documentos da Operação aplicáveis, sem solução de continuidade das Garantias, sem novação das Obrigações Garantidas e sem alteração do grau de prioridade das Garantias; (ii) incluir na Ordem do Dia, como novo item (iv), a deliberação sobre a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, condicionada à efetivação da cessão, transferência e substituição previstas no item (ii); (iii) alterar o item (v) da Ordem do Dia (anterior item (iv)), de forma a incluir, entre as matérias a serem refletidas nos aditamentos aos Documentos da Operação, a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, ressalvando-a da manutenção das demais Garantias; (iv) alterar o item (vii) da Ordem do Dia (anterior item (vi)), de forma a incluir expressamente os aditamentos ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e ao Contrato de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície; (v) renumerar os itens subsequentes da Ordem do Dia e ajustar as respectivas remissões; e (vi) alterar a data e o horário de realização da Assembleia, que passará a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de dezembro de 2026, às 16:00 horas**. Em razão do exposto, o Edital Original passa a vigorar com a seguinte redação: Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 50ª (quinquagésima) emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, 4º andar, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 50ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda.*", celebrado em 09 de agosto de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), e nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("Assembleia"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 09 de dezembro de 2026, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação do Titular dos CRI, conforme previsto neste Edital. Para fins de contextualização das matérias constantes da Ordem do Dia, informa-se aos Titulares dos CRI que foi acordada a prorrogação da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043, cuja formalização ocorrerá por meio dos respectivos aditamentos. A referida prorrogação dos Contratos BTS não constitui matéria submetida à deliberação desta Assembleia, observado o disposto na Cláusula 1.4 do Contrato de Cessão, sendo submetidas à aprovação dos Titulares dos CRI as alterações dos CRI e dos Documentos da Operação decorrentes da referida prorrogação, bem como a prévia autorização para a eventual transferência futura dos Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro e a cessão da posição contratual da Cedente nos respectivos Contratos BTS ao FII (conforme definido abaixo) e para os correspondentes ajustes nos Documentos da Operação e a alteração da Conta de Livre Movimentação, conforme descritas abaixo. A Assembleia será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar ou não a alteração das características dos CRI 2ª Série – Subordinado, em decorrência da extensão da vigência dos Contratos BTS mencionada acima, para: a. alterar a Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, atualmente prevista para 28 de março de 2039, que passará a ser 28 de dezembro de 2043; b. alterar, em consequência, o item (x) "Prazo e Data de Vencimento dos CRI" da Cláusula 3.1 do Termo de Securitização e as demais disposições do Termo de Securitização que contenham referências à Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, exclusivamente na medida necessária para refletir a nova data de vencimento; c. substituir integralmente o Item II – "Fluxo de Amortização dos CRI 2ª Série – Subordinado" do "Anexo II – Fluxo de Amortização e Remuneração dos CRI" do Termo de Securitização pelo novo cronograma constante do Anexo I ao material de apoio ao presente Edital, que será disponibilizado aos Titulares dos CRI na mesma data de publicação deste Edital de Convocação("Material de Apoio"), sendo que referido cronograma passará a integrar o Termo de Securitização e contemplará como Data de Pagamento final dos CRI 2ª Série – Subordinado o dia 28 de dezembro de 2043; sendo certo que não haverá alteração da Data de Vencimento CRI 1ª Série – Sênior ou do cronograma de amortização e remuneração dos CRI 1ª Série – Sênior em decorrência das matérias objeto deste item; (ii) aprovar ou não a prévia autorização para que, a qualquer tempo durante a vigência dos CRI, a Cedente possa: (a) transferir ao **BRASOL RENDA IMOBILIÁRIA SOLAR I FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.316.418/0001-92, representado por sua instituição administradora e proprietária fiduciária dos ativos que compõem seu patrimônio, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, e gerido por BRASOL RENEWABLES INVESTMENT COMPANY – BRIC INVESTIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.911.141/0001-05 ("FII") os Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro, conforme definidos na Alienação Fiduciária de Direito de Superfície e (b) ceder e transferir ao FII sua posição contratual nos respectivos Contratos BTS vinculados aos Imóveis Lastro, ficando desde já autorizadas, quando da efetivação de referida cessão e transferência, a substituição da Cedente pelo FII nos Documentos da Operação aplicáveis e a celebração e a outorga de quaisquer instrumentos públicos ou particulares, incluindo escrituras públicas, contratos, termos de cessão e transferência e respectivos aditamentos, necessários à formalização das operações previstas nas alíneas (a) e (b) deste item (ii) e à correspondente adequação dos Documentos da Operação sem necessidade de nova deliberação dos Titulares dos CRI para esse fim, sendo certo que a efetivação das matérias previstas neste item (ii) ficará condicionada à conclusão de diligência legal do FII, a ser conduzida pelo assessor legal referido no item (vi) abaixo, desde que a diligência legal do FII não identifique qualquer fato, ato, omissão ou restrição jurídica que (a) impeça a implementação da cessão, transferência e substituição previstas neste item; ou (b) impeça o FII de assumir a posição contratual da Cedente nos Documentos da Operação aplicáveis. Uma vez satisfeita referida condição, fica, ainda, desde já autorizada a Emissora a conceder todas e quaisquer anuências necessárias ou convenientes à implementação das matérias previstas neste item (ii), inclusive em quaisquer atos, instrumentos, registros, averbações ou requerimentos perante cartórios, serventias extrajudiciais, órgãos reguladores e demais autoridades competentes, conforme aplicável, observado que, ressalvada a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) abaixo as demais Garantias deverão permanecer válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas. Quando da efetivação da transferência prevista neste item, o FII sucederá a Cedente na posição contratual por ela ocupada nas Garantias remanescentes e nos demais Documentos da Operação aplicáveis, no que se refere aos bens, direitos e relações contratuais transferidos ao FII. Tal substituição deverá ser formalizada sem solução de continuidade das Garantias, sem novação das Obrigações Garantidas e sem alteração do grau de prioridade das Garantias, permanecendo os respectivos bens e direitos onerados em favor da Emissora, mediante a celebração dos instrumentos e aditamentos e a realização dos registros e averbações necessários. (iii) aprovar ou não a alteração da Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Termo de Securitização), atualmente mantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (033), agência 2271, conta corrente nº 13012174-1, para a conta corrente nº 97169-8, agência 2419, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. (341), de titularidade da Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda., bem como a correspondente alteração da definição de "Conta de Livre Movimentação" e das demais referências correlatas constantes do Termo de Securitização e dos demais Documentos da Operação aplicáveis; (iv) aprovar ou não, condicionada à efetivação da cessão, transferência e substituição previstas no item (ii) acima, a liberação, pela Emissora, da Alienação Fiduciária de Quotas constituída sobre a totalidade das quotas da Cedente em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da efetivação da cessão, transferência e substituição referidas acima, sem que a liberação ora aprovada caracterize Evento de Execução das Garantias nos termos dos Documentos da Operação; (v) aprovar ou não a celebração dos aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para refletir, conforme aplicável, substancialmente nos termos das minutas constantes do Anexo I à Ata de Assembleia (a) a extensão da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043; (b) a nova Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado; (c) o novo fluxo de amortização e remuneração dos CRI 2ª Série – Subordinado aprovado nos termos do item (i) acima; (d) a alteração da Conta de Livre Movimentação nos termos do item (iii) acima; (e) a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) acima; e (f) a correspondente adequação das definições, características e referências às Obrigações Garantidas, aos Direitos Creditórios Imobiliários, aos Contratos BTS, às Datas de Vencimento e à Conta de Livre Movimentação, conforme aplicável, ficando consignado que os Direitos Creditórios Imobiliários permanecerão de titularidade da Emissora e vinculados ao Patrimônio Separado e que, ressalvada a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) acima, as demais Garantias permanecerão válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos dos respectivos Documentos da Operação; (vi) aprovar ou não, caso se pretenda efetivar a cessão, transferência e substituição previstas no item (ii) acima, a contratação do PMK Advogados, como assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, para condução da diligência legal do FII referida no item (ii) acima e prestação dos demais serviços necessários à implementação da estrutura aqui prevista, e nos termos da proposta que constará no Anexo à Ata de Assembleia; e (vii) autorizar ou não a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aplicável, a praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações que venham a ser aprovadas na Assembleia, incluindo a negociação e celebração dos respectivos aditamentos ao Termo de Securitização, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície, conforme aplicável e aos demais Documentos da Operação aplicáveis, a concessão das anuências aprovadas nos termos do item (ii) acima, conforme aplicável, bem como a realização dos registros, averbações, comunicações e demais providências necessárias ou convenientes para refletir as alterações aprovadas. Para fins de esclarecimento, em observância ao disposto na Cláusula 14.14.1 do Termo de Securitização, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado somente possuem direito de voto em matérias que tratem diretamente de questões relacionadas à execução de Garantias. Dessa forma, considerando que as matérias constantes da Ordem do Dia acima não tratam diretamente da execução de Garantias, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado poderão participar da Assembleia, porém não exercerão direito de voto nas deliberações objeto deste Edital, devendo os respectivos quóruns de deliberação ser apurados considerando os Titulares dos CRI com direito de voto nos termos do Termo de Securitização. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI BRASOL – 50ª Emissão"; observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. Ficam ratificadas todas as demais disposições do Edital Original que não tenham sido expressamente alteradas por meio do presente edital de rerratificação.

São Paulo, 16 de novembro de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CLASSE SÊNIOR E DA CLASSE SUBORDINADA, SENDO A CLASSE SÊNIOR EM 6ª (SEIS) SÉRIES, DA 163ª DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da classe Sênior e da Classe Subordinada, sendo a Classe Sênior em 6ª (seis) Séries, da 163ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários Para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 163ª (Centésima Sexagésima Terceira) Emissão, da Classe Sênior e da Classe Subordinada, sendo a Classe Sênior em 6ª (seis) séries, da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Mar Turquesa Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. e pela Vitacon Participações S.A.*", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia **15 de dezembro de 2026, às 16 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não declaração de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 10.1, subitem (ii) do Termo de Securitização, Cláusula 10.1 e subitem (ii) do "*Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 6 (seis) Séries, para Colocação Privada, da Mar Turquesa Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda*." ("Notas Comerciais – Mar Turquesa"), bem como da Cláusula 9.1, subitem (ii) do "*Termo da 9ª (nona) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, para Colocação Privada, da Vitacon Participações S.A*" ("Notas Comerciais – Vitacon Participações"), em decorrência do **descumprimento das obrigações** não pecuniárias listadas no **ANEXO I** da presente Ata de Assembleia; (ii) Caso aprovado o item (i) acima da Ordem do Dia, conceder o prazo adicional de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da realização da presente Assembleia, para a entrega do Ato Societário da Oceano Negro devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, com a comprovação da outorga da CF das Distribuições; (iii) Caso aprovado o item (i) acima da Ordem do Dia, conceder o prazo adicional de 15 (quinze) dias, contados da data da realização da presente Assembleia, para a entrega da via registrada do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e de eventuais aditamentos perante o 2º RGI/SP, bem como para a entrega da via registrada do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis (Imóveis Adicionais) e de seus eventuais e respectivos aditamentos perante o 1º RGI/SP (iv) Caso aprovado o item (i) acima da Ordem do Dia, conceder o prazo adicional de 15 (quinze) dias, contados da data da realização da presente Assembleia, para a entrega das Certidões Negativas de Débitos (CND) de IPTU referentes aos Imóveis de Garantia Adicional (v) Aprovar a não declaração de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 10.1, subitem (ii) do Termo de Securitização, Cláusula 10.1 e subitem (ii) do "*Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 6 (seis) Séries, para Colocação Privada, da Mar Turquesa Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda*." ("Notas Comerciais – Mar Turquesa"), bem como da Cláusula 9.1, subitem (ii) do "*Termo da 9ª (nona) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, para Colocação Privada, da Vitacon Participações S.A*" ("Notas Comerciais – Vitacon Participações"), em virtude do cumprimento intempestivo das obrigações não pecuniárias dispostas no **ANEXO II** da presente Ata de Assembleia; (vi) Aprovar a retificação da Cláusula 3.1.1, subitem (ii) do "*Instrumento Particular De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios Em Garantia E Outras Avenças*" ("Cessão Fiduciária – Oceano Negro"), para que passe a vigorar com a seguinte redação: *3.1.1 A Securitizadora será responsável por acompanhar e monitorar a gestão dos Direitos Creditórios, de acordo com o disposto nos Lastros. Para tanto, a Fiduciante, sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste instrumento e nos Documentos da Operação, se obriga a enviar ao Agente de Monitoramento e à Fiduciária: [...] (ii) Balancetes da Fiduciante, trimestralmente, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do término de cada trimestre.* (vii) Aprovar a retificação da Cláusula 6.4.3, subitem (ii) do Termo de Emissão (Mar Turquesa), para que passe a vigorar com a seguinte redação: *6.4.3. A Devedora se obriga, ainda, a constituir uma garantia adicional sobre um ou mais imóvel(is) Garantia Adicional(is), sendo que: [...] (ii) caso os o(s) Imóvel(is) Garantia Adicional(is) mencionados no item (i) acima tenham valor de avaliação forçada dos Imóvel(is) Garantia inferior a R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), a Devedora deverá: (a) constituir R$ 3.500.000,00 (três milhões e meio de reais) até a data da primeira integralização dos CRI; (b) e o valor remanescente, que perfaz o montante de R$ 3.500.000,00 (três milhões e meio de reais), deverá ser constituído até abril de 2027 ou no momento em que o Loan-to-Value (LTV) da Operação ultrapassar 50% (cinquenta por cento), o que ocorrer primeiro, a Devedora e/ou o respectivo Garantidor AFI se obrigam a comprovar a prenotação de AFI sobre outro(s) Imóvel(is) Garantia Adicional(is) que, em conjunto com aqueles mencionados no item (i) acima, somem valor de avaliação forçada dos Imóvel(is) Garantia equivalente a R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), apurado conforme laudo de avaliação emitido por uma das Empresas de Avaliação Autorizadas, observado, no entanto, que o laudo de avaliação mencionado no item "i" acima deverá ser atualizado anualmente para fins de apuração do valor total de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) mencionado neste item para todos os imóveis adicionais dados em garantia.* (viii) Caso aprovados os itens (vi) e (vii) acima, o aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária e o aditamento ao Termo de Emissão (Mar Turquesa) deverão ser devidamente formalizados em até 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis por igual período apenas para fins de exigências cartorárias, contados da data da realização da presente Assembleia. Fica consignado que a Securitizadora, o Agente Fiduciário, e as demais Partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, estão autorizados a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI Pirelli", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos. NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. São Paulo, 17 de novembro de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização e de Distribuição

Manhã Tarde Noite 32º 22º 45% 05:03 18:20

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. Noite sem chuva.

OUTUBRO

Medicamentos para hospitais ficaram 0,11% mais caros

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

Os preços dos medicamentos adquiridos pelos hospitais registraram em outubro a segunda alta consecutiva. Foram reajustado para cima em 0,11% um mês após terem sido majorados em 0,08%, em setembro. É o que mostra o Índice de Preços de Medicamentos para Hospitais (IPM-H), calculado mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base em dados da plataforma Bionexo 360º, da Bionexo Tasy.

As duas altas sucederam as retrações observadas em julho e agosto, de 0,69% e 0,05%, pela ordem. A Fipe chama atenção para o fato de, em outubro, os produtos farmacêuticos acompanhados no varejo pelo IBGE terem recuado 0,07%. A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 0,14%, enquanto o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) subiu 1,47%, com alta de 1,93% no IPA-M, seu componente de preços ao produtor.

Importante ressaltar que esses índices resultam de metodologias distintas e abrangem mercados e cestas diferentes, de modo que suas variações não implicam relações diretas com o IPM-H.

Apesar da segunda alta consecutiva, o aumento dos preços hospitalares não foi generalizado. Dos 12 grupos terapêuticos monitorados pelo IPM-H, cinco registraram elevação em outubro e sete apresentaram queda.

Para o diretor de Estratégia e Inteligência de Mercado da Bionexo Tasy, Herbert Cepêra, a sequência de resultados positivos reforça a importância de acompanhar as oscilações de preços e seus impactos sobre o planejamento das instituições.

"As duas altas consecutivas reforçam a importância de acompanhar o comportamento dos preços dos medicamentos hospitalares. Como as variações não são uniformes entre os grupos terapêuticos, os hospitais precisam identificar quais produtos podem pressionar seus orçamentos e antecipar estratégias de compra e negociação com fornecedores", afirma.

Em sentido contrário, 7 grupos apresentaram redução de preços em outubro. Como os grupos têm pesos diferentes na cesta, a predominância de quedas não determina, por si só, o sentido da variação do índice agregado.

De acordo com Bruno Oliva, economista e pesquisador da Fipe, "o IPM-H subiu 0,11% em outubro, na segunda alta consecutiva, mas sem aumento generalizado dos preços".

A diferença de direção entre os indicadores também aparece no acumulado dos últimos 12 meses. Enquanto o IPM-H registra retração de 1,67%, os produtos farmacêuticos considerados no IPCA apresentam alta de 3,75%. "Novamente, o contraste deve ser analisado à luz das diferenças de cestas, metodologias e condições de comercialização, sem pressupor uma relação direta entre os resultados", reforça o economista Vitor Oliva, da Fipe.

Apesar das duas altas mensais consecutivas, o IPM-H permanece em terreno negativo nos horizontes temporais ampliados. No acumulado de janeiro a outubro de 2026, em particular, o índice registra queda de 0,58%, com redução de preços em cinco dos 12 grupos terapêuticos monitorados.

Nos últimos 12 meses encerrados em outubro, a retração acumulada do IPM-H foi de 1,67%, menos intensa que a registrada em setembro, quando foi de 2,32%, mas ainda negativa. O índice mantém variação acumulada em terreno negativo desde outubro de 2025.

COSMÉTICO

Botox pode ser usado no relaxamento do músculo da mastigação

O botox poderá ser usado no Brasil para o relaxamento do músculo da mastigação. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a indicação terapêutica da toxina butolínica tipo A no tratamento de hipertrofia benigna do masseter.

A toxina atua no bloqueio temporário da liberação de acetilcolina nas terminações nervosas, o que promove a descontração localizada da musculatura tratada.

A resolução da Anvisa foi publicada nessa segunda-feira (16) no Diário Oficial da União.

O medicamento já tem diversas indicações terapêuticas aprovadas no Brasil, tanto para condições neurológicas e musculares quanto para uso estético.

Hipertrofia benigna

A hipertrofia benigna do masseter é caracterizada pelo aumento do volume desse músculo responsável pela mastigação, podendo resultar em alterações do contorno facial, especialmente pelo alargamento da região inferior da face.

De acordo com a Anvisa, embora não represente risco à vida, a condição pode causar repercussões funcionais e estéticas, com impacto na qualidade de vida e na autopercepção dos pacientes.

As evidências de eficácia e segurança para a nova indicação foram estabelecidas por um ensaio clínico de fase 3 que avaliou 377 pessoas.

Foi demonstrado que 51,2% dos participantes tratados com Botox alcançaram melhora de pelo menos dois graus na escala de avaliação da proeminência do masseter, em comparação com 2,2% dos participantes que receberam placebo.

CENTRO DO RIO

Professor é espancado por grupo ao tentar impedir agressões a mulher

RAYANDERSON GUERRA/AE

O professor, escritor e ator André Luís de Oliveira, conhecido como André Aires, está internado em estado grave no Hospital Municipal Miguel Couto, na zona sul do Rio de Janeiro, após ser espancado por um grupo de homens na manhã de domingo, depois de intervir em uma agressão contra uma mulher. Segundo o hospital, ele sofreu traumatismo craniano e foi submetido a cirurgia.

Victor Hugo de Araújo Palmeira foi preso em flagrante e responde por tentativa de homicídio. Na segunda-feira, 16, a prisão foi convertida em preventiva. O caso é investigado pela 5ª DP (Mem de Sá), que tenta identificar os demais participantes do ataque

segundo o comando das Unidades de Polícia de Proximidade (UPP), policiais militares da UPP Providência, em patrulhamento na Rua Carlos de Carvalho, neste domingo, 15, 'avistaram um homem sendo espancado A vítima foi socorrida ao Hospital Miguel Couto. O agressor foi preso e encaminhado para a 5ª DP".

De acordo com relatos de amigos e do companheiro de Aires, o casal teria tentado interceder por uma mulher que estava sendo agredida por um homem.

Aires teria tentado socorrer a mulher agredida e, em seguida, passou a ser perseguido por pessoas que estavam com o agressor. Ele procurou abrigo em um estabelecimento comercial, mas foi alcançado pelo grupo de homens, que o espancou. De acordo com o relato do companheiro, o professor também foi alvo de ofensas homofóbicas. Segundo amigos, ele sofreu traumatismo craniano, perfuração no pulmão e outras lesões pelo corpo.

O professor foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros. O principal suspeito foi detido quando tentava fugir.

AVIAÇÃO

Polo petrolífero, Macaé voltará a receber voos comerciais em 2027

A cidade de Macaé, no Rio de Janeiro, voltará a receber voos comerciais em fevereiro de 2027. Considerado um dos principais polos da indústria do petróleo no país, o município terá voos conectando-o ao Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, três vezes por semana.

A retomada se dá após obras de ampliação no Aeroporto de Macaé, o principal aeroporto offshore da América Latina e operado pela empresa suíça Zurich Airport Brasil desde junho de 2025.

O aeroporto ganhou uma segunda pista, de 1.410 metros de extensão, o que o habilita a receber aeronaves comerciais como o Embraer E195-E2, com capacidade para 136 passageiros. A pista foi certificada e homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A importância do terminal para a indústria do petróleo se dá pela proximidade com a Bacia de Campos, cujas plataformas recebem trabalhadores e suprimentos embarcados no terminal com frequência.

Mesmo sem os voos comerciais, o aeroporto teve um recorde operacional em 2026, com 132 pousos e decolagens e a circulação de 1.275 passageiros em um único dia.

Para o prefeito de Macaé, Welberth Rezende, o movimento registrado no aeroporto acompanha o desenvolvimento da cidade.

A cadeia produtiva ligada diretamente à exploração e produção de petróleo em Macaé emprega cerca de 60 mil trabalhadores diretos e 50 mil indiretos.

A cidade é o centro das operações estratégicas da Petrobras no Norte Fluminense. A estatal projeta um aporte de aproximadamente R$ 130 bilhões na modernização e no incremento da extração energética na Bacia de Campos.

ANVISA

Suplementos alimentares têm fabricação e venda suspensas

Suplementos alimentares de pelo menos três empresas tiveram fabricação e venda suspensas no país. Resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desta terça-feira (17/11) citam irregulares na produção e determinam o recolhimento dos produtos.

O suplemento alimentar líquido Melatonina Spray-Norvy, da empresa Norvy Saúde, é uma das substâncias. Segundo o texto, além de o ingrediente não ter sido avaliado em relação à segurança para uso sublingual, foi identificada a divulgação de alegações não aprovadas na propaganda do produto, como "Ação mais rápida na hora de dormir" e" Sono mais rápido".

A resolução também suspendeu todos os suplementos fabricados pela Nutrymed Indústria Farmacêutica e Alimentícia. Inspeção sanitária na empresa em Goiás constatou falhas graves na fabricação dos produtos, como:

- armazenamento inadequado;
- prazo de validade expirado;
- ausência de controle de qualidade;
- área de armazenamento com sujidades;
- falhas estruturais;
- fluxo cruzado;
- potabilidade da água inadequada.

FALTA DE DOCUMENTOS

A medida também suspendeu dois produtos fabricados pela Morbach Nutri Complementos Alimentares: suplemento alimentar em cápsulas Nutri Bluwey e Nutri AN-T. A documentação apresentada nas notificações é insuficiente para comprovar a composição, qualidade e segurança dos produtos. Além disso, foram identificados ingredientes não autorizados para uso em suplementos alimentares.

A Agência Brasil entrou em contato com as empresas e mantém aberto espaço para posicionamento.

Em resposta, a Norvy Saúde informou que cumpre integralmente a determinação da Agência. Segundo a empresa, a venda da melatonina spray foi encerrada em todos os canais próprios e nas plataformas *on-line*. A distribuição foi interrompida e toda a divulgação do produto foi suspensa, incluindo campanhas e materiais de parceiros comerciais. A empresa orienta os consumidores que tenham o produto em casa a interromperem o uso e disponibiliza os seguintes canais de comunicação, inclusive para devolução integral do valor pago: suporte@norvy.com.br e (48) 996046932.

INFANTOJUVENIL

Presidiário usava celular para praticar abuso sexual

Policiais federais fizeram, nesta terça-feira, operação para reprimir o uso de um aparelho celular por um presidiário no complexo penitenciário de Gericinó (Bangu), na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. O homem é acusado de usar o equipamento para aliciar e constranger crianças e adolescentes, para assim obter e disseminar imagens de cenas de abuso sexual infantojuvenil.

A ação, que resultou na apreensão do celular, no presídio Nelson Hungria (Bangu 7), contou com o apoio da Secretaria Estadual de Polícia Penal, que administra a unidade.

O investigado havia sido preso pela Polícia Federal em novembro do ano passado, por abuso sexual de crianças e adolescentes. Ele é suspeito de praticar pelo menos 68 condutas criminosas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, como publicar e armazenar na rede mundial de computadores arquivos contendo violência sexual.

Mesmo depois de denunciado à Justiça, o homem, que tinha prisão preventiva decretada, continuou mantendo contato com crianças e adolescentes, através do celular (cujo uso é proibido dentro da prisão) e usando manipulação psicológica contra elas.

A Polícia Federal (PF) divulgou, por meio de nota, um alerta aos responsáveis pelas crianças e adolescentes, destacando a importância de orientar os filhos sobre possíveis abusos sexuais nos mundos virtual e físico.

"Conversar abertamente sobre os perigos do mundo virtual, explicar como utilizar redes sociais, jogos e aplicativos de forma segura e acompanhar de perto as atividades online dos jovens são medidas essenciais de proteção. Estar atento a mudanças de comportamento, como isolamento repentino ou segredo em relação ao uso do celular e do computador, pode ajudar a identificar situações de risco.

DOENÇA

Rio amplia vacinação contra MPOX

A Prefeitura do Rio ampliou ontem, o público para a vacinação contra a MPOX. Devem ser vacinados aqueles que fazem uso da profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP), que nunca se vacinaram contra a doença e mediante apresentação de receita ou laudo médico com validade de seis meses. A vacinação continuará sendo aplicada para as pessoas vivendo com HIV/Aids com contagem de linfócitos CD4 inferior a 200 células/mm³ e que tenham 18 anos ou mais.

O imunizante estará disponível apenas enquanto durar o estoque enviado pelo Ministério da Saúde. No momento, há cinco mil doses disponíveis. Até agora, a imunização tem sido realizada de forma escalonada, priorizando os grupos com maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de formas graves da doença.

As vacinas estarão disponíveis em cinco unidades concentradoras, incluindo os três Super Centros Cariocas de Vacinação, que funcionam em horários estendidos: Botafogo (Rua General Severiano, 91, de domingo a domingo, das 8h às 22h); Zona Norte (Shopping Nova América, em Del Castilho, seguindo o funcionamento do centro comercial); e Zona Oeste (ParkShopping Campo Grande, no horário do shopping). Também haverá vacinação no Centro Especial de Vacinação Dr. Álvaro Aguiar (CEVAA), que funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h; e no Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais do Instituto Nacional de Infectologia da Fiocruz (CRIE/INI), aberto de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

A vacina contra a MPOX não faz parte do calendário de vacinação de rotina do Programa Nacional de Imunizações (PNI). O envio de doses e as recomendações para vacinação são definidos pelo Ministério da Saúde. O esquema vacinal prevê a aplicação de duas doses, com intervalo de 28 dias entre elas.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) reforça a importância das medidas de proteção contra a MPOX, que apresentou aumento de casos no município no último mês.

OITO DE JANEIRO

Congresso pede que STF julgue lei que beneficia condenados

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), se reuniram ontem com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar do julgamento do projeto de lei (PL) que reduz as penas para os condenados por tentativa de golpe de Estado no Brasil, no contexto dos atos de 8 de janeiro de 2023.

Segundo nota oficial, durante o encontro, os presidentes das duas Casas solicitaram ao ministro que libere as ações para inclusão na pauta do Plenário do Supremo, na expectativa de que o julgamento definitivo seja concluído ainda este ano.

"Davi Alcolumbre e Hugo Motta ressaltaram a importância de uma decisão do STF sobre a validade da lei aprovada pelo Congresso Nacional. O ministro Alexandre de Moraes ouviu atentamente os argumentos apresentados e informou que dará retorno sobre o pedido assim que possível", informou o comunicado emitido pelos chefes do Congresso Nacional.

A chamada Lei da Dosimetria está suspensa desde maio, por decisão provisória de Moraes. Na decisão, o ministro, que foi sorteado para ser relator dos processos que questionam a validade da lei, decidiu que a suspensão terá validade até que a Corte julgue as ações contrárias à legislação. A pena menor para os condenados é questionada por duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs): a 7966 e 7967, que foram ajuizadas pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pela federação partidária PSOL-Rede.

O projeto da Lei da Dosimetria chegou a ser vetado na íntegra pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que alegou que o texto viola o interesse público ao reduzir penas de crimes contra a democracia. Porém, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente.

CONDENAÇÕES

Ao todo, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou 1,4 mil pessoas por crimes contra a democracia, sendo 431 penas de prisão, 419 penas alternativas e outros 552 acordos de não persecução penal.

De acordo com levantamento do STF, o maior grupo de condenados é formado por 404 réus que receberam penas de um ano de prisão, número equivalente a 28% do total de condenações.

Em seguida, foram registradas 213 condenações a 14 anos de prisão, representando 15,19% do total.

A pena mais alta foi aplicada ao ex-presidente Jair Bolsonaro, único condenado a 27 anos e três meses de prisão. Para se beneficiar da redução das penas, os condenados devem ingressar com um pedido para recalcular a pena no Supremo.

Leia mais sobre o PL da Dosimetria na *Agência Brasil*.

ENTENDA

O PL da Dosimetria determina que os crimes de tentativa de acabar com o Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado, quando praticados no mesmo contexto, implicarão no uso da pena mais grave em vez da soma de ambas as penas.

O foco do projeto é uma mudança no cálculo das penas, "calibrando a pena mínima e a pena máxima de cada tipo penal, bem como a forma geral de cálculo das penas".

Tais mudanças devem beneficiar condenados pelo 8 de janeiro, como o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, que atualmente cumpre prisão domiciliar, além dos militares Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil; e Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

POLÍCIA FEDERAL

PGR é a favor de prorrogação de investigação do caso Dark Horse

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O procurador-Geral da República, Paulo Gonet (**foto**), enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável à prorrogação, por 90 dias, do inquérito que investiga os pagamentos do ex-banqueiro Daniel Vorcaro para o filme Dark Horse, a cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na manifestação, Gonet diz que não vê impedimentos para o pedido de prorrogação, que foi solicitado pela Polícia Federal (PF).

"A continuidade da colheita de elementos de informação é cabível e adequada, não se vislumbrando óbices à dilação solicitada", disse o procurador.

De acordo com a PF, a prorrogação é necessária para conclusão de perícias contábeis e para aguardar a tramitação do pedido de cooperação internacional com os Estados Unidos para obter registros financeiros de entidades estrangeiras que teriam recebido repasses.

Os investigadores da PF também avaliam documentos repassados pelo empresário Antônio Carlos Freixo Júnior, delator do caso Master.

Os documentos comprovariam repasses para o fundo de investimentos Havengate Development, criado nos Estados Unidos para receber os pagamentos para o filme.

O caso chegou ao Supremo após o deputado federal Lindberg Farias (PT-RJ) solicitar a investigação sobre o pedido de dinheiro feito pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) a Vorcaro para o custeio das gravações.

O episódio veio à torna após o site The Intercept revelar que o senador pediu dinheiro a Vorcaro para financiar as gravações do filme que retrata a vida política de Bolsonaro.

Após a divulgação da conversa entre Flávio e Vorcaro, ocorrida em novembro do ano passado, o senador negou ter combinado qualquer vantagem indevida com o banqueiro e disse que os recursos eram privados.

Em julho deste ano, Flávio Bolsonaro foi incluído no inquérito e também passou a ser investigado.

CARLOS MOURA/STF



FRAUDE

PF faz busca no MA por desvio de dinheiro de programas sociais

LÓREN SOUZA/AE

A Polícia Federal (PF) cumpriu um mandado de busca e apreensão em Imperatriz, no Maranhão, ontem. A ação foi autorizada pela Justiça Federal e faz parte de uma investigação para apurar fraudes bancárias eletrônicas relacionadas ao desvio de recursos de programas sociais.

De acordo com as investigações iniciais, as fraudes teriam sido realizadas por meio de acessos indevidos a contas digitais bancárias e teriam sido desviados de contas de beneficiários sociais cerca de R$ 72,9 mil.

O total pode aumentar com a realização de mais análises ao longo das apurações.

Nas buscas, foram apreendidos aparelhos eletrônicos que serão usados para a identificação da dinâmica criminosa e de eventuais outros envolvidos, além da recuperação de evidências digitais.

Ainda segundo a PF, o investigado teria recebido em sua conta bancária os valores que tinham como origem transferências fraudulentas feitas em um curto intervalo.

O alvo pode responder pelo crime de furto qualificado mediante fraude eletrônica, sem prejuízo da apuração de outros delitos eventualmente identificados no decorrer das investigações, segundo a polícia.

CONGRESSO

Boulos, sobre críticas ao ajuste: é preciso separar o joio do trigo

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O ministro da Secretaria Geral, Guilherme Boulos, disse que "é preciso separar o joio do trigo" ao falar sobre as críticas feitas por integrantes da esquerda ao projeto de lei complementar de ajuste fiscal do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Boulos defendeu que cada um que criticou o projeto responda por suas posições, mas disse que divergências são normais. Boulos é filiado ao PSOL, mas há meses está com um desgaste interno após tentar levar adiante uma tentativa de federação com o PT.

"O partido PSOL e cada deputado respondem por suas posições. É preciso diferenciar o que é crítica política legítima e normal a uma medida do governo, já que não só pessoas do PSOL fizeram, mas do PT, PCdoB etc., e o que é construção de atalho para fazer desgaste ao presidente Lula duas semanas de a gente ter vivido uma das eleições mais difíceis. É preciso diferenciar o joio do trigo", afirmou.

Boulos deu a declaração após reunião que teve com o presidente Lula no Palácio da Alvorada junto do ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Não disse a quem se referia ao falar sobre "separar o joio do trigo".

Nos últimos dias, o projeto de ajuste fiscal foi alvo de muitas críticas por parte da esquerda, em especial de deputados atuais e eleitos do Psol e do PT.

SÃO PAULO

Advogados suspeitos de aplicar golpe em filho de Lula são alvo da Polícia

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

O Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) da Polícia Civil de São Paulo deflagrou, ontem a Operação Nexus, que investiga um suposto golpe contra o empresário Luís Cláudio da Silva, filho caçula do presidente Lula (PT), durante o processo de separação de sua ex-mulher, Natália Schincariol.

Segundo as apurações conduzidas pela 2ª Delegacia de Investigações sobre Fraudes Financeiras e Econômicas (2ª DIG), Natália contratou um escritório de advocacia para intermediar as negociações e formalizar um acordo entre as partes. Luís Cláudio teria efetuado os pagamentos previstos diretamente ao escritório, mas os valores não teriam sido repassados à ex-companheira.

Ao todo, são cumpridos 17 mandados de busca e apreensão nas cidades de São Paulo, São Carlos, Campinas e Itatiba, no interior paulista, além de Ponta Grossa, onde as diligências contam com o apoio da Polícia Civil do Paraná.

A operação inclui medidas cautelares patrimoniais e financeiras contra pessoas físicas e jurídicas investigadas, entre elas o bloqueio judicial de aproximadamente R$ 800 mil.

Em abril de 2024, Natália registrou um boletim de ocorrência na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), em São Paulo, no qual acusou Luís Cláudio de violência física, verbal, psicológica e moral, relatando episódios como uma cotovelada na barriga. À época, a Justiça paulista, por decisão da juíza Joanna Palmieri Abdallah, concedeu medidas protetivas que determinaram o afastamento do empresário do apartamento em que o casal vivia e a manutenção de uma distância mínima de 200 metros da ex-companheira.

Em julho do mesmo ano, a Polícia Civil de São Paulo concluiu o inquérito sem indiciar Luís Cláudio, por considerar insuficientes as provas que sustentassem as acusações de violência física e psicológica. A defesa do filho do presidente negou as acusações e as classificou como caluniosas, injuriosas e difamatórias.

DELIBERAÇÃO

Cidadania vai votar incorporação ao PP e extinção do partido no sábado

LÓREN SOUZA/AE

O partido Cidadania, presidido nacionalmente por Alex Manente, vai realizar o Congresso Nacional Extraordinário a fim de deliberar sobre a incorporação ao partido Progressistas (PP) no próximo sábado, 21, às 14h. Caso seja aprovada, a ação prevê a incorporação já a partir do dia 27 de novembro, além da adoção do estatuto e do programa do PP.

A convocação foi formalizada no sábado anterior, 14, e aprovada por 21 votos a seis pelo Diretório Nacional. A reunião será realizada remotamente e terá como delegados os integrantes do Diretório.

As decisões sobre a incorporação ocorrem em meio a um desempenho baixo do partido. Federado com o PSDB desde 2022, o Cidadania não elegeu nenhum representante na Câmara dos Deputados. Além disso, entre todos os cargos, o partido elegeu apenas um deputado estadual: Romário Policarpo, em Goiás.

Sobre o processo, a legislação eleitoral aponta que, por decisão dos órgãos nacionais de deliberação, um partido pode decidir incorporar-se a outro. Após a adoção do estatuto e do programa do partido incorporador, é realizada uma eleição para definir o novo órgão de direção nacional.

Além disso, as siglas devem fazer o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Após isso, o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido incorporado é realizado pela Justiça Eleitoral.

A lei prevê ainda repercussões no acesso aos recursos públicos e à propaganda eleitoral. Segundo a legislação, os votos do partido incorporado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados são adicionados aos do incorporador para cálculos relacionados ao Fundo Partidário e ao horário eleitoral gratuito de rádio e televisão.

O PP, presidido nacionalmente por Ciro Nogueira (PI), elegeu nas últimas eleições 41 deputados federais. Junto com o União Brasil, partido ao qual está federado, formam uma bancada de 87 deputados, a terceira maior da Casa. O PL tem a maior bancada, com 121 cadeiras, e é seguido pela federação do PT, do PCdoB e do PV, com 88. No Senado, a bancada do PP possui seis representantes e a do União Brasil, cinco.

PRIMEIRO CONTATO

Indígenas isolados há décadas aparecem em aldeia no MA

Um grupo de cerca de 20 indígenas Awá, que vivem em isolamento, apareceu em um posto da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) localizado na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, e fez contato com indígenas guajajara, da aldeia Tawari. A Funai informou que acompanha a situação e instalou um comitê de crise.

É a primeira vez na história recente que os indígenas isolados fazem contato.

"A prioridade no momento é garantir a proteção da vida, da saúde e da autonomia dos Awá em isolamento, respeitando seu direito de decidir sobre suas formas de relacionamento com outros povos e com a sociedade envolvente", informou a fundação.

A Funai afirmou ainda que todas as medidas adotadas seguem os protocolos técnicos e legais da política brasileira de proteção aos povos indígenas isolados.

O encontro, ocorrido na segunda-feira, despertou preocupação devido à magreza de alguns de seus integrantes, informou a ONG Survival International. Os guajajara distribuíram inhame aos Awá, que permaneceram na comunidade por pouco tempo antes de retornarem à floresta.

Não está claro o que motivou o contato. Segundo moradores da comunidade, os Awá estavam aparecendo com mais frequência na região.

A ONG Survival International alertou que, embora sejam caçadores e coletores experientes, seu território tem sido cada vez mais invadido, "o que poderia explicar por que procuraram comida", alertou a ONG.

"O estado físico de alguns integrantes, especialmente das crianças e dos idosos, gerou preocupação entre os moradores, que relataram sinais evidentes de emagrecimento acentuado", afirmou a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima).

A Coapima alertou sobre os riscos que um contato não planejado acarreta para esses povos, "principalmente pela exposição a doenças" contra as quais eles têm poucas defesas "e outras ameaças à sua integridade".

A entrada de autoridades, instituições e organizações na reserva foi proibida a pedido dos caciques e dos moradores da terra indígena Arariboia.

"Estamos diante de um momento muito importante e delicado. A entrada de pessoas de fora pode representar um grande risco de contaminação, colocando um perigo a saúde e a vida desses povos", alertou.

O encontrou foi gravado pelos guajajaras e divulgado pelo perfil oficial da terra indígena Arariboia no Instagram. Nas imagens, um grupo de crianças, mulheres e homens aparece, alguns segurando arcos e flechas longas.

A região tem sido alvo, nos últimos anos, de madeireiros, caçadores e pecuaristas ilegais. O surgimento desse grupo "é um indício preocupante de como a invasão contínua das florestas dos povos não contatados coloca em risco real os indígenas que, de outra forma, seriam autossuficientes", afirmou a diretora da Survival, Caroline Pearce.

Caroline pediu ao governo brasileiro que destine recursos para proteger o território. Segundo a Survival, existem pelo menos 196 povos e grupos "não contatados" - que desejam viver isolados de outras sociedades humanas - em dez países. Mais de 90% deles vivem na floresta amazônica, principalmente no Brasil.

STF

Dino decide que escala 5x2 será julgada de forma definitiva

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem que as ações que tratam das regras de transição para o início da escala de trabalho 5x2 serão julgadas de forma definitiva, ou seja, diretamente no mérito.

Na semana passada, o plenário virtual da Corte iniciou o julgamento para referendar a liminar do ministro, que é relator do caso, sobre a questão, mas o julgamento foi suspenso por um pedido de destaque feito por Luiz Fux. O placar parcial do julgamento está 4 votos a 0 para manter a decisão do relator.

Na decisão de ontem Dino reforçou que sua liminar que manteve a implantação da nova escala para 16 de dezembro deste ano continua em vigor.

O ministro também ressaltou que as negociações coletivas para implantação da nova jornada não estão proibidas.

"Friso que as negociações coletivas, protegidas pela Constituição Federal e mencionadas na decisão liminar, também podem prosseguir, nos termos que as partes sindicais e empresariais considerarem cabíveis", afirmou o ministro.

A data da retomada do julgamento sobre o fim da escala 6x1 vai depender do presidente do STF, ministro Edson Fachin, responsável pela pauta do plenário.

Para definir a data, o ministro Luiz Fux precisa liberar o processo para julgamento no plenário físico. O ministro ainda não indicou quando deve tomar a medida.

LADRÃO DO INSS

Defesa pede que Supremo julgue pedido para soltar Vorcaro

ANDRE RICHTER/ABRASIL

A defesa do ex-banqueiro Daniel Vorcaro protocolou ontem uma petição para solicitar que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue o pedido de soltura feito na semana passada.

Em uma manifestação encaminhada ao presidente do STF, Edson Fachin, os advogados informaram que, de acordo com as regras processuais, a necessidade da manutenção da prisão deve ser renovada a cada 90 dias. O prazo vence no dia 29 de novembro.

"Enquanto o recurso não anda, os autos permanecem retidos na presidência, e o agravo (recurso), que os remeteria ao ministro mais antigo da Segunda Turma, não recebe sequer despacho", disse a defesa.

A defesa quer que o pedido de soltura seja julgado pelo ministro Gilmar Mendes, ministro mais antigo do Supremo e integrante da Segunda Turma da Corte.

"Pede, assim, a remessa dos autos ao ministro mais antigo da Segunda Turma, nos termos do Regimento Interno, a fim de que o pedido de liberdade pendente de exame possa ser apreciado. O atendimento do pleito defensivo evitará, ademais, que nulidades venham a se consumar", completaram os advogados.

O ex-banqueiro está custodiado no presídio da Papudinha, no Distrito Federal, desde março deste ano. Em novembro de 2025, ele foi preso pela primeira vez, mas conseguiu um habeas corpus.

Na semana passada, procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao Supremo parecer favorável à manutenção da prisão de Vorcaro. Gonet afirmou que a soltura pode comprometer as investigações.

No mês passado, a Polícia Federal (PF) indiciou o ex-banqueiro e mais 14 investigados pelas fraudes financeiras no Banco Regional de Brasília (BRB).

De acordo com relatório de indiciamentos, o ex-banqueiro teve "participação pessoal, reiterada e diretiva" nas operações com carteiras de créditos irregulares do Banco Master que causam prejuízos ao BRB.

Após a conclusão parcial das investigações, a defesa do ex-banqueiro criticou o indiciamento promovido pela PF e disse que a corporação se "limita a repetir a mesma narrativa" e não conseguiu avançar nas investigações.

"O negócio envolvendo as carteiras da Tirreno (empresa de fachada) não foi concluído. As carteiras foram substituídas por outros ativos, e a troca realizada demonstra que os negócios entre o Banco Master e o BRB geraram resultados positivos para o Banco de Brasília. Nenhuma perícia oficial apurou qualquer prejuízo", afirmou a defesa.

FREE FLOW

Sistema Imigrantes-Anchieta começa a operar com pedágio

ANA MAGALHÃES/AE

O sistema de pedágio eletrônico, conhecido como free flow, começará a operar nas rodovias dos Imigrantes e Anchieta a partir de 1º de dezembro. As estradas ligam a capital paulista à Baixada Santista. O anúncio foi feito ontem.

A operação terá início após a instalação desse tipo de estágio no km 37,3, no dia 29 de outubro.

A mudança substituirá a cobrança nas praças físicas e reduzirá de R$ 40,60 para R$ 20,30 o valor pago por veículos de passeio em cada sentido. Com a divisão da tarifa entre os trajetos de descida para o litoral e de subida para a capital, o custo total da viagem de ida e volta permanecerá o mesmo.

A tecnologia permite que os motoristas passem pelos pontos de cobrança sem precisar parar para pagar, o que contribui para reduzir filas, melhorar a fluidez do tráfego e ampliar a segurança viária.

COMO SERÁ FEITA?

A identificação dos veículos irá ocorrer de forma automática, por meio de câmeras, sensores e antenas instalados nos pórticos, que permitem o reconhecimento das placas ou de tags eletrônicas

Para usuários que têm tag no veículo, a cobrança continuará automática. Quem não utiliza tag poderá efetuar o pagamento em até 30 dias após a passagem, consultando o site do Siga Fácil ou pelos totens de autoatendimento disponíveis nos postos e bases operacionais do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI).

As opções de pagamento incluem Pix e cartão de crédito. Para caminhões e ônibus, a tarifa continuará sendo calculada conforme a quantidade de eixos. Motocicletas permanecem isentas de cobrança.

As estruturas das praças físicas serão mantidas temporariamente para apoio operacional e à segurança viária.

GOLPISTAS

Fachin sinaliza que STF pode julgar Lei da Dosimetria neste ano

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, disse ontem que a Corte pode julgar, ainda neste ano, a validade da lei que diminui as penas de condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 (Lei da Dosimetria) e que também pode beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Segundo Fachin, a data do julgamento será definida somente se o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, liberar o processo para julgamento.

Durante um evento no Supremo, o presidente foi perguntado pela imprensa se tem a intenção de julgar o caso neste ano e respondeu "sim".

Mais cedo, os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), se reuniram com Moraes e defenderam que o ministro libere o processo para inclusão na pauta do plenário do Supremo.

Em maio deste ano, Moraes suspendeu a aplicação da Lei da Dosimetria.

A decisão foi tomada após o ministro analisar o caso de Nara Faustino de Menezes, condenada por participação nos atos de 8 de janeiro de 2023. A condenada queria a aplicação imediata da norma no seu caso.

A lei foi promulgada no dia 8 de maio deste ano após o Congresso derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à anistia das penas.

Moraes argumentou que não poderia começar a julgar os pedidos de redução das penas com base na nova lei, uma vez que existem ações tramitando no STF que questionam a validade do texto.

CÂMARA

Nikolas ameaça sair do PL se partido apoiar reeleição de Motta

GIOVANNA MASSARO/AE

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) ameaçou sair do Partido Liberal caso a legenda declare apoio à reeleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Câmara dos Deputados. A declaração foi feita em entrevista à rádio mineira 98 News, na segunda-feira.

"Eu acho que o PL decidir apoiar o Hugo Mota deixaria insustentável a minha permanência no partido", disse Nikolas. O deputado afirmou, porém, que é improvável que a legenda declare apoio aberto ao parlamentar.

O deputado também afirmou que, caso algum colega declarasse apoio à Motta, poderia "manchar a imagem" não apenas de si próprio, mas de todo o partido.

Em seguida, Nikolas disse que sabe que não comanda o voto dos demais deputados do partido, mas que está no comando da sua "própria permanência" na legenda. Ele já havia citado na entrevista a sua responsabilidade e de outros filiados, como deputado federal eleito Lucas Pavanato (PL-SP), de puxar votos para o partido.

Como o Estadão mostrou em outubro, a eleição de Nikolas, com mais de 3 milhões de votos, foi o suficiente para eleger mais 13 deputados do PL em Minas Gerais além dele próprio.

Em seguida, o deputado citou motivos para ser contra a reeleição de Motta. Entre eles, o atraso para a votação da anistia pelos condenados pelos ataques antidemocráticos do 8 de Janeiro e o apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nikolas também mencionou a possibilidade de ele próprio concorrer à cadeira de presidente da Câmara dos Deputados, e afirmou que sua chance de ganhar seria uma "improbabilidade".

MINAS

Gêmeos de banda de pagode são presos suspeitos de estuprar mulher

ANA MAGALHÃES/AE

Os irmãos gêmeos Bruno e Thiago Paiva, integrantes do grupo de pagode Vou Zoar, foram presos na segunda-feira, em Barbacena, no Campo das Vertentes, em Minas Gerais. Os dois são suspeitos de estuprar uma mulher, de 30 anos, na madrugada do último domingo, após um show na cidade.

Segundo a Polícia Civil de Minas Gerais (PMMG), o inquérito tramita na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Barbacena. "Outras diligências serão realizadas para esclarecer completamente os fatos, concluir as investigações e remeter o inquérito ao Poder Judiciário", escreveu em nota.

De acordo com o boletim de ocorrência, o crime aconteceu no hotel onde os irmãos estavam hospedados, localizado no bairro São Sebastião. A mulher foi levada até o local após ir a um bar, depois do show do Vou Zuar, realizado em Colônia Rodrigo Silva, distrito de Barbacena.

Em depoimento aos policiais, a vítima afirmou que foi à apresentação acompanhada de uma amiga e consumiu bebida alcoólica. Após o show, ela teria conversado com Thiago, que a convidou para ir ao camarim.

Ainda segundo a mulher, em seguida, os dois foram a um bar com outros integrantes da banda. Ela contou que não se lembra do que aconteceu depois desse momento.

A vítima relatou que recuperou a consciência já no quarto do hotel, quando percebeu que os dois homens praticavam atos sexuais sem o consentimento dela. Segundo o depoimento, ela pediu que eles parassem e, posteriormente, deixou o local.

PRISÃO DOS SUSPEITOS

A mulher procurou atendimento médico na manhã dessa segunda-feira, em um hospital do município. No local, os profissionais identificaram vermelhidão no rosto, arranhões e escoriações em diferentes partes do corpo, além de inchaço nas partes íntimas.

Os policiais foram até o hotel e encontraram Bruno e Thiago no estabelecimento. Os dois foram encaminhados à Delegacia de Plantão.

ALIANÇA

Irã faz alerta ao Bahrein em meio a ataques contra base americana

LETÍCIA ARAÚJO/AE

O porta-voz da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC, na sigla em inglês), Hossein Mohebi, publicou ontem, um alerta ao Bahrein contra a aliança com os Estados Unidos. A mensagem vem após ataques a uma base americana no Bahrein reivindicados pelo Irã.

Na publicação, Mohebi citou três erros "fundamentais" do regime al-Khalifa, que governa o Bahrein: "conspirar na agressão contra o Irã islâmico, viver dentro da bolha de segurança americana e usurpar a autoridade da liderança religiosa xiita".

"Se persistir neles, sua sobrevivência sob a nova ordem de segurança regional estará em dúvida", afirmou Mohebi.

Mais cedo, o Irã reivindicou ataques contra uma base dos Estados Unidos no Bahrein. De acordo com uma declaração da IRGC divulgada pelo portal Sepah News, a ofensiva destruiu um sistema de radares pertencentes às forças militares americanas. Ainda de acordo com o comunicado, a ação foi uma resposta às contínuas violações do espaço aéreo iraniano pelos Estados Unidos.

No entanto, tanto o Comando Central dos Estados Unidos (Centcom) quanto o Ministério das Relações Exteriores do Bahrein contestaram a versão iraniana. Em uma publicação no X, o Centcom afirmou que os ataques a drones foram interceptados "sem qualquer dano a equipamentos americanos ou ferimentos a militares americanos".

Já o Bahrein afirmou que a ofensiva foi interceptada e destruída pelos sistemas de defesa aérea das forças militares do país antes de "atingirem seus objetivos". Em nota, o Ministério das Relações Exteriores afirmou que considera os ataques "uma flagrante violação da soberania e integridade territorial do Reino, bem como uma grave escalada que ameaça a segurança e a estabilidade regional".

EL SALVADOR

Nayib Bukele projeta poder no Caribe com operação no Haiti

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Sob a justificativa de resgatar quatro soldados de El Salvador que teriam sido capturados por gangues do Haiti, o presidente Nayib Bukele tem projetado poder no Caribe com uma operação militar na ilha Hispaniola, que dura três semanas e conta com mais de dois mil militares salvadorenhos.

Os jornais haitianos registram crescente apoio popular às ações militares conduzidas por El Salvador. O colunista do Le Nouvelliste, Frantz Duval, afirma que Bukele está "no centro das atenções" do país.

"Nas ruas de Porto Príncipe e em cidades do interior, as pessoas cantam seu nome. Multidões dançam, evocando suas ações. Isso é bastante incomum para um fenômeno que começou há apenas algumas semanas", escreveu o analista haitiano.

Nas redes sociais, Bukele tem se vangloriado das supostas ações contra os grupos criminosos que, na capital Porto Príncipe, controlam cerca de 80% do território e têm aterrorizado a população local.

Uma das "conquistas" celebradas por Bukele foi o controle do estádio Sylvio Cator, no centro de Porto Príncipe. Na segunda-feira, o governo do Haiti informou que recuperou, com ajuda dos militares salvadorenhos, a sede da companhia de eletricidade do país, a Electricité d'Haïti (EDH).

BUKELE

Em mensagem escrita em crioulo, a língua haitiana, o presidente de El Salvador evocou o líder da Revolução do Haiti, Jean-Jacques Dessalines, para justificar que estaria "ao lado" do povo local na luta contra as gangues.

"Estamos aqui, ao lado de vocês. Vamos ajudá-los a recuperar o vosso país das mãos dos traidores que traíram o legado de Dessalines", disse Bukele.

O presidente salvadorenho rejeitou que a ação busque "ganhar dinheiro" ou tomar as riquezas do Haiti.

"Não somos invasores. Viemos ao Haiti para lutar contra os maus. Mas eis o que peço a vocês: confiem em nós", disse.

Bukele recebeu apoio do presidente Donald Trump, dos Estados Unidos (EUA), e promove a ação no Haiti a menos de três meses para a eleição presidencial na qual tenta a reeleição, em fevereiro de 2027.

ESPERANÇA E CETICISMO

O haitiano Saint Hubert Bruno, que atua na União dos Pequenos Camponeses Haitianos (Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen, em crioulo) e vive em Porto Príncipe, avalia que os militares de El Salvador teriam mostrado que o Haiti é ridicularizado pela ONU.

"A ONU enviou várias tropas para o Haiti, e nem um rato morreu, enquanto soldados salvadorenhos chegaram e começaram a tomar posse de parte do território, aterrorizando as gangues", explicou à Agência Brasil.

Por outro lado, Bruno pondera que é o Haiti que tem que lidar com a segurança interna.

"As gangues criminosas recuaram, recusando todos os confrontos possíveis, e sofreram alguns danos menores. Mas até agora, nenhuma ação concreta foi tomada que nos dê grande esperança", concluiu.

O professor brasileiro e empresário social Werner 'Neno' Garbers, que vive desde 2012 no Haiti, explicou à Agência Brasil que "a grande maioria da população" tem visto a ação de El Salvador com esperança.

"É aquela velha história, em terra de cego, quem tem um olho é rei. É uma população muito carente que está sem a presença do Estado há décadas em algumas regiões", contou.

O coordenador da organização Transfòmatis e diretor do Centro Cultural Brasil-Haiti destacou, por outro lado, que há também ceticismo em relação à ação militar de El Salvador devido ao fracasso das diversas intervenções externas ao longo da história.

"Para os críticos, é uma operação bastante midiática, sem transparência e com interesses que podem ser escusos. Eles falam que vieram buscar os quatro militares salvadorenhos, mas talvez seja um pretexto com objetivo de promover a política de Bukele no cenário internacional", avalia.

A ação dos militares salvadorenhos conta com apoio do governo do Haiti, mas não está ligada à força internacional autorizada pelas Nações Unidas (ONU), em 2025, para tentar recuperar os territórios tomados pelas gangues, a chamada Força de Repressão às Gangues (FRG).

O chefe do governo no Haiti, Alix Didier Fils-Aimé, vem agradecendo publicamente Bukele. "Eu saúdo o compromisso das forças salvadorenhas na luta contra as gangues", afirmou.

Em nota, a organização não governamental Anistia Internacional cobrou que os governos de El Salvador e do Haiti tornem público o acordo bilateral que possibilitou a chegada de 2 mil militares salvadorenhos, pedindo ainda respeito aos direitos humanos.

"A resposta à violência de gangues não deve replicar os abusos e a impunidade que caracterizaram as intervenções anteriores no Haiti", destacou Ana Piquer, diretora da Anistia Internacional para as Américas.

SEM ELEIÇÕES

Sem realizar eleições desde 2016, o Haiti enfrenta crises política, humanitária e de segurança que vêm se agravando, pelo menos, desde o assassinato do último presidente do país Jovenel Moïse, em julho de 2021.

Com avanço territorial de gangues, as eleições vêm sendo adiadas ano a ano. No final de outubro, o primeiro turno da votação foi novamente adiado, desta vez, do dia 13 de dezembro de 2026 para 18 de julho de 2027.

A ONU estima que 5,7 mil pessoas foram assassinadas no Haiti em 2026, com 1,5 milhão de pessoas deslocadas por conta dos conflitos, além de 5,8 milhões de habitantes (cerca de 50% do total do país) com grave insegurança alimentar.

ACIDENTE

Avião militar russo cai na Sibéria e deixa ao menos 13 mortos

ADRIANA VICTORINO/AE

Um avião de transporte militar russo caiu na Sibéria, ontem, deixando ao menos 13 pessoas mortas. As informações são do jornal *The Moscow Times*. A aeronave caiu na região de Kemerovo, perto da vila Yagunovo.

O governador Ilya Seredyuk, informou que a área foi isolada e as circunstâncias do acidente estão sendo investigadas pelas autoridades competentes.

"Estou no local juntamente com os chefes e o pessoal das forças policiais e agências de investigação, e os chefes dos distritos de Kemerovo, Topkinsky e Kemerovsky, estamos apoiando o trabalho dos especialistas. Um quartel-general foi estabelecido para os especialistas em segurança pública, os serviços de resgate de Kuzbass e a equipe de medicina de desastres", afirmou Seredyuk em seu canal oficial no Telegram.

Segundo a mídia local, o avião militar russo do tipo Antonov An-12 tinha entre 13 e 17 pessoas abordo. Nenhuma sobreviveu, segundo o *The Moscow Times*.

Câmeras de segurança registraram o momento da queda da aeronave. Nas imagens, é possível ver um ponto de luz caindo em alta velocidade e uma explosão logo em seguida.

GUERRA

Irã nega plano de atacar Washington com bomba suja

O Irã negou ontem, que esteja planejando um ataque com uma bomba suja contra Washington, após uma reportagem da *CNN* americana apontar que a inteligência dos Estados Unidos identificou planos de Teerã para uma possível ação na capital.

O presidente Donald Trump afirmou que o governo leva a possibilidade a sério e ameaçou que os iranianos "pagariam um preço como nenhum país jamais pagou antes" caso o ataque ocorra

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmaeil Baqaei, classificou as acusações como "infundadas" em uma publicação na rede social X. A declaração foi divulgada depois de Trump ser questionado sobre as informações da imprensa.

Durante uma sessão de fotos em Manila, nas Filipinas, o presidente disse que as autoridades estão investigando a possibilidade de um ataque. Questionado se havia uma ameaça iminente, Trump afirmou que, caso a ação se concretize, o Irã enfrentará consequências sem precedentes. Em seguida, disse esperar que o ataque não aconteça, mas ressaltou que o governo americano leva a hipótese muito a sério.

A reportagem da *CNN* foi publicada na segunda-feira. Segundo fontes ouvidas pelo canal, avaliações da inteligência dos Estados Unidos indicaram que Teerã estaria desenvolvendo planos para potencialmente detonar uma bomba suja na capital americana.

BOMBA SUJA

Diferentemente de uma arma nuclear, uma bomba suja não provoca uma explosão atômica. O dispositivo combina explosivos convencionais com material radioativo para dispersar a substância no ambiente. A contaminação pode atingir áreas próximas à explosão e provocar perturbações e alarme público.

VOLTAR PARA CASA

Militar é demitido da Marinha após pular do USS Abraham Lincoln

Nicholas McKelvey esteve a bordo do USS Abraham Lincoln, porta-aviões que estava apoiando a guerra dos Estados Unidos contra o Irã, durante 255 dias exaustivos. Marinheiro de 19 anos, mecânico de aviação em um esquadrão de helicópteros, ele trabalhava em turnos de 12 horas sob o sol escaldante, verificando e orientando helicópteros no convés de voo.

Durante o período, ele perdeu o nascimento de sua filha, e ficou longe da mulher enquanto seus sogros lutavam contra o câncer. A comida no porta-aviões era escassa. Por volta das 10h da manhã de uma segunda-feira no início de agosto, ele correu pelo convés de voo, saltou da borda do navio e caiu de uma altura de 20 metros no Mar Arábico, de acordo com registros da Marinha analisados pelo *The New York Times*.

Ele foi resgatado por uma equipe de helicóptero e retornou ao navio 50 minutos depois. "Eu não queria mais estar lá", disse McKelvey em uma entrevista, falando publicamente pela primeira vez.

"Se eu fosse morrer por causa disso, que assim fosse."

Na semana passada, a Marinha efetivamente o demitiu - dispensando McKelvey após acusá-lo de "fingir" ou simular uma crise de saúde mental para encerrar seu período de serviço, de acordo com a esposa de McKelvey, Samantha Larry.

Pelos termos de sua dispensa - uma baixa geral sob condições honrosas - ele perderá o direito ao auxílio educacional do GI Bill, interrompendo o caminho para a faculdade com o qual sua família contava.

O caso oferece um raro vislumbre de como a Marinha lidou com problemas de saúde mental a bordo de navios sob a pressão de longos períodos de serviço durante a guerra com o Irã.

E levanta questões sobre se os oficiais trataram o salto de McKelvey ao mar como má conduta sem examinar suficientemente o que levou um marinheiro a tomar uma atitude tão extrema e potencialmente fatal.

O porta-aviões Lincoln tornou-se um símbolo da escassez de alimentos e dos desafios de saúde mental enfrentados pelas tripulações de navios da Marinha depois que o Irã destruiu um importante centro de abastecimento na região.

CANADÁ

Reunião entre Trump, Xi e Putin foi sugerida por Lula, diz premiê

GEOVANNA HORA/AE

O primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney (**foto**), afirmou ontem, que a reunião trilateral entre os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, da China, Xi Jinping, e da Rússia, Vladimir Putin, foi uma sugestão do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em conversa com jornalistas em Phnom Penh, no Camboja, Carney foi questionado sobre os possíveis desdobramos do encontro para os ucranianos.

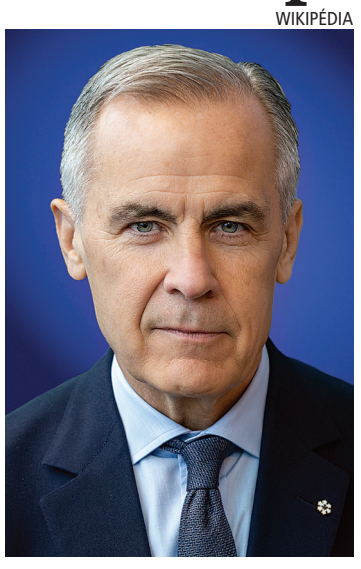
"Foi uma ideia, e isso é interessante, do senhor Lula. Ele me disse ontem que incentivou essa reunião com o objetivo de promover o fim da guerra na Ucrânia", disse o premiê canadense. Ele não deu detalhes sobre como ou quando Lula teria feito a sugestão.

Lula e Carney se reuniram no domingo, em Manila, nas Filipinas, à margem da cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). Após o encontro, o Ministério das Relações Exteriores afirmou que os dois conversaram sobre o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) e que o primeiro-ministro anunciou que o Canadá investiria US$ 400 milhões na iniciativa.

No encontro, eles também se comprometeram a concluir o acordo comercial entre o Mercosul e o Canadá nos próximos meses e discutiram a importância de uma reforma na Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o Itamaraty, Carney afirmou que virá ao Brasil ainda no primeiro trimestre de 2027.

Em agosto, Lula já havia sugerido que Trump aproveitasse a Assembleia-Geral da ONU, realizada em setembro, em Nova York, para convidar Xi e Putin para uma conversa.

WIKIPÉDIA



"Falei: 'Trump, em setembro tem a reunião da ONU. Pô, convida o Xi Jinping e convida o Putin na sua casa'. Ele tem uma casa de golfe", disse Lula na época. "Convida os caras para sua casa, toma um trago (...) e vamos procurar um jeito de fazer paz. O mundo está precisando de paz, não está precisando de guerra", afirmou.

O encontro entre Trump, Xi e Putin está previsto para ocorrer às 14h30 no horário local (3h30 em Brasília) de amanhã. A reunião foi confirmada pela Casa Branca na sexta-feira, e já aparece na agenda pública do presidente americano, compilada pelo site Factba.se.

A porta-voz da Casa Branca, Olivia Wales, afirmou que, entre os tópicos que serão abordados por Trump está "a redução das armas nucleares no mundo". "Essa proliferação, acredita o presidente Trump, é muito perigosa", disse Olivia.

A reunião trilateral entre Trump, Xi e Putin também foi confirmada pelo Kremlin no sábado. O Ministério das Relações Exteriores da China confirmou o encontro na segunda-feira.